

# acção SOCIALISTA

N.º 1316  
26 DE NOVEMBRO DE 2008

Periodicidade quinzenal



EDIÇÃO QUINZENAL DO PARTIDO SOCIALISTA • director: jorge seguro sanches  
director-adjunto: silvino gomes da silva



## “ACÇÃO SOCIALISTA” 30 ANOS AO SERVIÇO DO PS

Jorge Seguro Sanches  
Director

A razão de ser do PS é servir Portugal e os portugueses. A razão da existência do “Acção Socialista” é servir os socialistas.

Cumprem-se, a 30 de Novembro, 30 anos de edições do “Acção Socialista”, mais precisamente 1316 edições do órgão de Comunicação Social que pretende levar a todos os militantes do PS a informação mais relevante do nosso partido.

Estes 30 anos de “Acção Socialista”, que fazem parte da história do nosso partido, foram um contributo para o PS que hoje somos. As vitórias, as derrotas, os combates, sempre centrados no bem-estar dos portugueses, fazem parte do património do maior partido português, mas também do seu jornal.

Em especial os fundadores do “Acção Socialista” merecem o nosso agradecimento e reconhecimento pelos primeiros tempos de afirmação de um jornal que é uma referência no jornalismo partidário português. Igual palavra de referência é justa para todos os antigos directores, os seus colaboradores e os militantes, dirigentes ou não, que escrevem e enriquecem regularmente o conteúdo do “Acção Socialista”.

Este aniversário do “Acção Socialista” ocorre num momento em que o PS se prepara para um ano de grandes e decisivos combates eleitorais. O próximo ano, com eleições europeias, legislativas e autárquicas, precisa de todos os socialistas mais determinados e mais informados sobre a acção política que o PS desenvolveu nestes últimos mandatos na política europeia, nacional e autárquica. Nessa tarefa, o papel do “Acção Socialista” é essencial e, por isso, coincidindo com o aniversário, o site internet do “Acção Socialista” será reformulado, incorporando novas funcionalidades no arquivo de edições, bem como a publicação e a organização de um arquivo permanente e de fácil acesso pela Internet em que, por ordem cronológica e numerados, sejam conservados todos os textos enviados por via electrónica para o “Acção Socialista” com o pedido de publicação por militantes do PS, ou simpatizantes inscritos nos ficheiros centrais, aliás, em conformidade com n.º 5 do Artigo 7º dos Estatutos.

Esta medida, muito importante para facilitar a apresentação e o debate de ideias no interior do PS, bem como a conservação da sua memória, é um contributo também para que os cidadãos possam ter mais informação sobre o nosso partido. E esta opção, tornada agora mais acessível a todos, faz parte do código genético do PS: um partido que está sempre aberto à pluralidade de opiniões e que ao contrário de outros desconhece o delito de opinião.

Mas este é também um contributo para que medidas semelhantes sejam adoptadas por outros partidos. Ganha a democracia. Ganham os portugueses. Ganha o PS.

JSEGURO@PS.PARLAMENTO.PT

## “NOVO CÓDIGO DO TRABALHO ASSENTA NO EFECTIVO REFORÇO DAS GARANTIAS DOS TRABALHADORES”

– Defende Strecht Ribeiro em entrevista ao nosso jornal

Foto: Ricardo Oliveira



Jorge Strecht Ribeiro

A segurança dos trabalhadores portugueses sempre estará na primeira linha das preocupações e das prioridades do Partido Socialista. Esta é uma convicção ratificada pelo deputado Jorge

pela bancada parlamentar do PS à proposta do Governo.

Ao “Acção Socialista” Jorge Strecht garante que o documento corresponde ao compromisso assumido pelo partido no programa

**“A reforma laboral agora operada deve-se, em primeiro lugar, ao Partido Socialista, mas deve-se, também, em larga medida, aos parceiros sociais que numa matéria central para o progresso e para o desenvolvimento económico e social do nosso país, souberam estar à altura das suas responsabilidades”**

Strecht numa entrevista onde elenca e explica as principais alterações introduzidas no universo laboral pelo novo Código do Trabalho, bem como as modificações feitas

eleitoral, reforça o direito dos trabalhadores, promove a igualdade e a justiça social e combate a precariedade como nunca se combateu, constituindo por isso motivo de orgulho



**PRIMEIRA  
EDIÇÃO DO  
“AS” FOI  
EM 30 DE  
NOVEMBRO  
DE 1978**

para todos os socialistas. A nova legislação beneficia ainda os trabalhadores na justa medida em que compatibiliza, refere o vice-presidente da bancada socialista na Assembleia da República, a segurança no emprego com os objectivos de competitividade e de criação de mais e melhor emprego.

**págs. 18 e 19**

## COMISSÃO NACIONAL REÚNE A 29 DE NOVEMBRO

Página 5

## SÓCRATES GARANTE COMPUTADORES PARA TODAS AS CRIANÇAS DO BÁSICO

Página 17

TOMADA DE POSSE DO GOVERNO REGIONAL

**CARLOS CÉSAR  
QUER MANTER  
BOA RELAÇÃO  
COM GOVERNO  
DA REPÚBLICA**

pág. 7

**GOVERNO  
SIMPLIFICA  
E AGILIZA  
APLICAÇÃO  
DO MODELO  
DE AVALIAÇÃO  
DE PROFESSORES**

pág. 2

Nesta  
edição  
Suplemento  
“Europa”

# Governo simplifica e agiliza aplicação do modelo de avaliação de professores

Ouvidos os agentes educativos e detectadas “algumas dificuldades técnicas e de concretização” do modelo de avaliação de desempenho dos professores, o Governo decidiu dar mais tempo às escolas e avançar com medidas que simplificam e agilizam todo o processo.

Numa conferência de Imprensa que se seguiu ao Conselho de Ministros extraordinário dedicado ao tema da reforma educativa e realizado no passado dia 20, a ministra da tutela, Maria de Lourdes Rodrigues, anunciou que o Executivo aprovou um conjunto de medidas para resolver os problemas verificados nas condições de aplicação do modelo de avaliação, deixando claro, porém, que “não se trata de alterações profundas”, uma vez que se mantém “o essencial dos princípios que organizam a avaliação de desempenho dos docentes e que estruturam o actual modelo”.

Após explicar que o processo de auscultação e de diálogo iniciado pelo Ministério de Educação permitiu identificar os três principais problemas que as escolas e os professores têm sentido na concretização do modelo de avaliação, nomeadamente a existência de avaliadores de áreas disciplinares diferentes das dos avaliados, alguns excessos de burocracia e a sobrecarga de trabalho inerente ao processo, a governante frisou que nenhum destes problemas, apesar das dificuldades práticas que possam colocar, põe em causa os pilares essenciais do



modelo: avaliação interna, pelos pares, conhecedores da realidade das escolas e do respectivo nível de ensino; valorização do desempenho integral dos professores, ponderando não apenas o grau de cumprimento dos seus deveres funcionais, mas também a qualidade científico-pedagógica do trabalho desenvolvido com os alunos e outros elementos relevantes, e uma avaliação com consequências, no aspecto formativo, no desenvolvimento da carreira e na atribuição de prémios de desempenho.

Neste ponto, a ministra da Edu-

cação salientou que “as dificuldades detectadas têm solução” pelo que “é perfeitamente possível melhorar o processo de avaliação, indo ao encontro das principais preocupações dos professores, corrigindo o que deve ser corrigido e simplificando tudo o que pode ser simplificado”, mas, “sem deixar de fazer este ano lectivo uma avaliação séria dos professores”.

Assim, o Governo aprovou um conjunto de sete medidas, de aplicação imediata, que introduzem alterações nas condições de aplicação do modelo de avaliação e que

resolvem o essencial dos problemas que foram levantados.

A primeira medida prende-se com a garantia de que os professores serão avaliados por avaliadores da mesma área disciplinar. A segunda medida passa pela dispensa, neste ano lectivo, do critério dos resultados escolares e das taxas de abandono, tal como recomendado pelo Conselho Científico da Avaliação dos Professores. A terceira medida implicará rever e simplificar as fichas de avaliação e auto-avaliação, bem como os instrumentos de registo. A quarta

medida desobriga à realização de reuniões entre avaliadores e avaliados quando há acordo tácito, quer sobre os objectivos individuais, quer sobre a classificação proposta. A quinta medida irá permitir que a observação de aulas fique dependente de requerimento dos interessados e seja condição necessária para a obtenção da classificação de Muito Bom ou Excelente. Já a sexta medida consistirá na redução do número mínimo de aulas a observar, que passa de três para duas, ficando a terceira dependente de requerimento do professor avaliado.

Finalmente, a sétima medida visa simplificar o regime de avaliação dos professores avaliadores e compensar nos respectivos horários a sua sobrecarga de trabalho.

Também presente na conferência de Imprensa, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, fez saber que o Governo acredita que as medidas anunciadas “são dirigidas ao coração dos problemas essenciais que estão a ser vividos nas escolas”, sendo sua convicção que a concretização da avaliação dos professores representará um grande avanço na qualificação da escola pública e no reconhecimento do desempenho dos docentes, pelo que reafirma a sua disponibilidade para, como anteriormente acordado, realizar em Junho/Julho uma negociação com os sindicatos sobre as alterações a introduzir para o futuro no processo de avaliação dos professores. **M.R.**

	Decreto Regulamentar 2/2008 e 11/2008	Modelo alterado
Avaliadores da componente pedagógica	Os professores são avaliados pelo coordenador do departamento curricular a que pertencem, ou por outros professores titulares do mesmo departamento em quem o coordenador delegue as competências de avaliação. Integrando os departamentos professores de vários grupos de recrutamento, o avaliador poderia ser de uma área disciplinar diferente da do avaliado	Os professores são avaliados pelo coordenador de departamento ou em quem este delegue, mas são alargadas as condições de delegação de competências de forma a garantir que um avaliado pode solicitar um avaliador da mesma área disciplinar (outro professor titular, da escola ou de outra escola).
Parâmetros da avaliação do Conselho Executivo – resultados escolares e taxas de abandono.	Os professores são avaliados pelo Presidente do Conselho Executivo/Director por referência a 7 parâmetros, nos quais se incluem assiduidade, resultados escolares, cumprimento do serviço, formação contínua, relação com a comunidade ou outra relevante para a escola.	É dispensado, neste ano lectivo, o critério dos resultados escolares e das taxas de abandono, tal como recomendado pelo Conselho Científico da Avaliação dos Professores.
Burocracia	Existem obrigatórias: a ficha de auto-avaliação, a ficha do coordenador de departamento e a ficha do conselho executivo. As escolas elaboram outros instrumentos de trabalho; sendo os de registo dos progressos dos resultados escolares os que envolviam mais burocracia.	O ME elaborará orientações para a revisão e simplificação das fichas de avaliação e auto-avaliação (permitindo a agregação de sub-parâmetros), bem como dos instrumentos de registo, limitando a possibilidade de desagregações. A dispensa do parâmetro dos resultados, terá como consequência uma grande redução da burocracia.
Entrevista individual	A entrevista individual é obrigatória apenas na fase final do processo de avaliação. Muitas escolas marcaram reuniões individuais no início do processo para “acordar os objectivos individuais”, embora esta entrevista não estivesse prevista.	Dispensa de reuniões (quer sobre os objectivos individuais, quer sobre a classificação proposta entre avaliadores e avaliados em caso de acordo). O acordo é tácito, podendo avaliador ou avaliado solicitar a entrevista.
Observação de aulas (componente científico-pedagógica)	A observação de aulas é obrigatória para todos os professores, o que implica uma grande sobrecarga de trabalho.  O número mínimo de aulas a observar é três.	A observação de aulas é voluntária e dependente de requerimento dos interessados; mas é condição necessária para a obtenção da classificação de Muito Bom ou Excelente.  Reduzir de três para duas o número mínimo de aulas a observar, ficando a terceira dependente de requerimento do professor avaliado.
Avaliação dos professores avaliadores da componente científico-pedagógica	Os coordenadores de departamento são avaliados apenas pelos conselhos executivos, mas os outros professores avaliadores são avaliados também pelo coordenador de departamento.	As regras de avaliação que estavam previstas para coordenadores de departamento são alargadas a todos aqueles que têm funções de avaliadores: Isto é, a avaliação é funcional e como avaliador e é realizada pela direcção executiva.
Volume de trabalho	Para avaliadores está estabelecido um crédito de 1 hora de componente lectiva por cada 4 avaliados.	Aumentam as compensações nos horários dos avaliadores.

# Plenário de militantes Avaliação dos docentes é para fazer em defesa da qualidade escola pública

**“Não me peçam para suspender a avaliação dos professores, porque isso significa não fazer”, afirmou a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, sublinhando que “se desistirmos da avaliação, desistimos de continuar a defender a qualidade da escola pública”.**

MARIA de Lurdes Rodrigues, que falava no dia 17 num plenário de militantes realizado na sede nacional do Largo do Rato sobre política de educação, referiu que o desafio que se coloca ao Governo “é superar as dificuldades e encontrar as soluções para o fazer, o que passa por apoiar as escolas” para que estas o façam nas melhores condições.

A ministra da Educação, que se encontrava acompanhada pelos seus secretários de Estado Valter Lemos e Jorge Pedreira, e pelo ministro dos Assuntos Parlamentares e dirigente socialista, Augusto Santos Silva, salientou que um dos aspectos que esteve sempre subjacente ao modelo de avaliação dos docentes foi “respeitar a autonomia das escolas. A aposta do Governo é reforçar a autonomia” dos estabelecimentos de ensino.

Por outro lado, explicou, a avaliação tem duas componentes, já que a “a profissão de professor tem alguma complexidade”. Assim, referiu, “procurámos avaliar o contributo do professor para a vida na escola, como a participação em projectos, a presença em formação

contínua, com a avaliação do seu desempenho na sala de aula”.

Este modelo, adiantou, “tem alguma complexidade, mas o modelo não foi concebido para desvalorizar o professor, mas sim para dar mais valor à função docente”. Por isso, explicou, “não podíamos ter um modelo muito simplificado”.

Segundo a ministra da Educação, “o centro da avaliação está no desempenho do docente na sala de aula”, adiantando que nos países da OCDE a média de aulas observadas é de 50%, enquanto em Portugal a média é de 5%.

Na sua intervenção, recordou o memorando de entendimento acordado com os sindicatos em Março, em que “foi criado um espaço de diálogo para acompanhar o que se passava nas escolas, que fizeram um esforço notável para procurar soluções para concretizar o modelo”.

Maria de Lurdes Rodrigues lembrou ainda que, no âmbito da avaliação, foram criados dois instrumentos para reforçar a autonomia das escolas, a nomeação em comissão de serviço e mecanismos



de delegação de competências.

Referindo que não há dois países com modelos iguais de avaliação dos docentes, a ministra da Educação salientou que “este modelo demorou muito tempo a ser construído, tendo havido negociação, audições com sindicatos”. É, portanto, frisou, “um modelo que recebeu muitos contributos”.

## **Dificuldades são superáveis**

Segundo Maria de Lurdes Rodrigues, “as críticas que têm sido

feitas são sempre de natureza processual”, sublinhando que “há dificuldades, mas elas são superáveis, há muitas escolas a fazer bem e com determinação”.

“É necessário fazer, e vamos apoiar as escolas que querem fazer, há professores que querem ser avaliados e que são os motores das avaliações nas escolas”, disse ainda.

O dirigente socialista Augusto Santos Silva afirmou a encerrar a reunião que “o PS está com o trabalho desenvolvido pelo Ministério da Educação, porque

este é um dos melhores exemplos do que é modernizar e reformar o país sem nenhuma hesitação”.

De registar que a reunião que se prolongou até cerca das 2 horas da madrugada, moderada pelo presidente da FAUL, Joaquim Raposo, foi bastante viva e participada, tendo-se registado dezenas de intervenções de professores socialistas, na sua maioria favoráveis ao processo de avaliação e às reformas corajosas levadas a cabo pelo Ministério da Educação em defesa da melhoria do ensino público.

## Plenário de militantes de Leiria Vieira da Silva defende modelo centrado na escola e com consequências

ELOGIOS à política de educação do Governo marcaram a intervenção do dirigente socialista Vieira da Silva num plenário de militantes, em Leiria, onde defendeu um modelo de avaliação dos professores “centrado na própria escola e com consequências”, que distinga o mérito.

Perante cerca de 200 militantes da Federação de Leiria, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social começou por lembrar que a escola pública, nos últimos 30 anos, apresentou “maus resultados”, uma vez que “temos os maiores índices de abandono escolar da Europa e a maior taxa de alunos sem escolaridade obrigatória”.

Perante este quadro, assinalou que era preciso “inverter essa tendência”, como o Governo tem vindo a fazer, “e apostar na qualificação dos portugueses”, apontando como exemplos decisivos dessa política “o reforço do ensino profissional, a aposta na escola a tempo inteiro, na estabilidade do corpo docente e procura de novas modelos de qualificação e certificação das pessoas na base de metodologias como as dos Centros Novas Oportunidades, que neste



momento, qualificam dezenas de milhares de portugueses”.

Vieira da Silva destacou como aspectos “cruciais” para a valorização da escola pública um modelo de avaliação de professores “centrado na própria escola e com consequências”.

“Custa-me compreender como é que num sistema de ensino, que é construído para transmitir conhecimentos e fazer progredir o conhecimento e que tem em si próprio um sistema de avaliação, os seus agentes recusem

depois uma avaliação”, disse.

Ainda sobre as resistências que se têm registado à aplicação deste modelo, o dirigente do PS considerou “que vale a pena trabalharmos todos para que seja rapidamente ultrapassada” a actual situação, para que a escola “se possa concentrar naquelas que são as suas funções essenciais”, acrescentando que não é possível que a ultrapassagem desta situação seja feita com atitudes de “tudo ou nada”, de imposição, de posições extremadas a um Governo democrático”.

Salientando que o Governo está aberto ao diálogo e disponível para melhorar o modelo de avaliação, o dirigente socialista recusou, no entanto, transformar o processo num “simulacro”.

No início da sessão, o presidente da Federação de Leiria, João Paulo Pedrosa, salientou que ser socialista “é uma luta permanente contra a desigualdade” e que a política reformista do Governo na área da educação era uma demonstração disso mesmo, na medida em que procura “reforçar a valorizar a escola pública

permitindo que todas as crianças, e não só as originárias de famílias com altos rendimentos possam ter acesso aos mesmos instrumentos de aprendizagem”.

E deu como exemplos o ensino do inglês, da música, das provas de aferição no 4º e 6º ano, a estabilidade do corpo docente, as aulas de substituição, a criação de centros escolares e o reforço significativo da acção social escolar.

De registar que o debate foi vivo e muito participado, centrando-se muitas das intervenções em questões muito concretas do processo de avaliação e não tanto na apreciação da política educativa do Governo que mereceu, na generalidade opiniões muito favoráveis dos presentes, na sua larga maioria professores.

Vieira da Silva respondeu a todas as perguntas, reiterando o empenho do Governo em melhorar procedimentos, simplificando e agilizando o que for necessário, tendo sempre presente que o objectivo é uma escola pública valorizada e prestigiada, como de resto se veio a verificar na reunião extraordinária do Conselho de Ministros do dia 20 (ver texto na pág. 2).

## INVESTIMENTO PÚBLICO É DEVER DO ESTADO

É “DEVER do Estado”, no actual momento de crise internacional, “estabilizar o sistema financeiro”, “proteger as empresas”, mas também fazer “investimento público”, defendeu o primeiro-ministro, José Sócrates, no dia 15, na cerimónia de início das obras de reconfiguração e modernização da Refinaria de Leça da Palmeira da Petrogal, um investimento da Galp Energia na ordem dos 625 milhões de euros.

“Há um outro dever do Estado: é fazer, neste momento crítico, investimento público. Em todos os países do mundo, qualquer Governo, seja de centro direita seja de centro esquerda, todos os governos estão à procura de pacotes de investimento para relançar a actividade económica”, sublinhou.

“É por isso que seria, já não digo um erro político aqui em Portugal, mas moralmente uma grande penalização para todo o país, se o Estado, neste momento, se sentasse na cadeira e esperasse que as coisas passassem”, acrescentou.

O primeiro-ministro disse ainda ter informações de que “daqui a um mês” arrancará a execução de um investimento da Galp Energia de mil milhões de euros, a que se juntam outros investimentos significativos de empresas estrangeiras”.

“Estivemos muito tempo parados. Nunca tivemos um investimento como este na indústria petroquímica acima dos 2000 milhões de euros. Em 2010, 2011, teremos um dos sectores petroquímicos mais modernos da Europa”, frisou.

Por outro lado, José Sócrates referiu que tem andado a pensar “de mais” em bancos e considerou que “é altura de começar a pensar na economia real

Na sua intervenção, o primeiro-ministro salientou que a economia mundial está a atravessar “uma das mais sérias crises financeiras dos últimos 100 anos”, referindo que é “uma crise que acontece uma vez na vida”.

E sublinhou ainda que as medidas que o Governo socialista tomou para fazer face à crise “não são pensadas para os banqueiros ou para os accionistas dos bancos”, mas sim para “dar liquidez à economia”.



# O sucesso do Magalhães espalha-se por todo o país

DE NORTE a sul do país, a iniciativa do Governo de distribuir computadores pelas escolas do ensino básico e secundário constitui um enorme êxito.

Dos muitos exemplos que se poderiam dar para justificar o grande acolhimento que esta iniciativa está a ter junto de pais e aluno, basta referir, nomeadamente, o que se passou recentemente no Centro Escolar de Campelo, no concelho de Baião, distrito do Porto, onde foram distribuídos 235 computadores Magalhães, tantos quantos os alunos existentes no primeiro ciclo do agrupamento de escolas de Vale D’Ovil.

Baião foi, aliás, o segundo concelho do norte do país que mais computador Magalhães recebeu, só superado por Braga.

Para o presidente da Câmara Municipal de Baião, o socialista José Luís Carneiro, a chegada do Magalhães às escolas do município reveste-se de um significado relevante, não só para os alunos, “mas para todo o concelho”, colocando Baião “numa posição de destaque em vários indicadores” ao invés do que sucedia até há pouco tempo, em que quase todos os indicadores “apontavam o concelho de Baião como um dos

menos desenvolvidos do país”.

Para o autarca, o computador Magalhães vai permitir, por outro lado, entre os alunos uma maior “igualdade de oportunidades” sejam eles, como referiu, de freguesias tão distintas como “Loivos do Monte, de Ovil ou da sede de concelho”, porque todos, garantiu, “terão este equipamento a par de uma formação adequada em tecnologias da informação e da comunicação”.

Na opinião de José Luís Carneiro, os computadores são uma ferramenta, “uma espécie de enxada dos tempos modernos”, mas não constituem, por si só, como defendeu, um “fim em si mesmo”, precisando de ser completada com outros saberes e outros conhecimentos, designadamente, como referiu, adquirindo um maior domínio das técnicas ligadas às novas tecnologias de informação e comunicação, tarefa que deve ser desenvolvida a par da aquisição de conhecimentos profundos da língua inglesa, factores que na perspectiva do autarca de Baião, “são determinantes para o sucesso dos futuros profissionais de que o país tanto necessita”.

Também os professores pela

voz do presidente do agrupamento de escolas de Vale D’Ovil defendem que o novo equipamento informático está já a constituir um importante passo em frente em direcção ao futuro das crianças de Baião, equipamento que, todavia, “deve ser usado com objectivo para que foi concebido” e não noutras actividades fora do âmbito da aprendizagem.

Mais a sul, no concelho alentejano de Reguengos de Monsaraz, também os alunos da escola básica do 1º ciclo desta localidade, receberam das mãos dos representantes da Direcção Regional de Educação do Alentejo (DREA) e de elementos da Câmara Municipal, cerca de 300 computadores Magalhães, que passarão a funcionar graças à recente instalação na EB1 de Reguengos de Monsaraz da Internet sem fios o que possibilitará a ligação à rede dos computadores dos alunos.

Depois desta iniciativa está já agendada nova entrega de computadores Magalhães nas restantes escolas básicas do 1º ciclo do concelho, nomeadamente as situadas nas localidades de Outeiro, S. Pedro do Corval, Caridade, Perolivas, Campinho

e S. Marcos do Campo.

Com a distribuição destes equipamentos informáticos, caberá depois à autarquia a responsabilidade de instalar a Internet sem fios nos estabelecimentos de ensino de forma a assegurar e garantir a cobertura deste serviço em todas as escolas do município.

Para José Calixto, vice-presidente do município de Reguengos de Monsaraz, a modernização tecnológica que se está a introduzir nas diversas escolas do país e do concelho, em particular, constitui “um momento extremamente relevante para as várias centenas de crianças abrangidas pela medida do Plano Tecnológico”, pois todas elas, como acentuou, passam a ter acesso à Internet e a outros instrumentos importantes de apoio ao seu processo de aprendizagem.

O computador portátil Magalhães, que é gratuito para os alunos que estão inscritos no primeiro escalão da acção social escolar, custará 20 euros para todos aqueles alunos que estão no segundo escalão e 50 euros para as restantes crianças que não estão abrangidas pelo apoio social escolar. R.S.A.



# Comissão Nacional reúne a 29 de Novembro

A COMISSÃO Nacional do PS reunirá, no sábado 29 de Novembro, no Hotel Altis, em Lisboa, para marcar as eleições directas do secretário-geral e de delegados, bem como a data da realização do próximo Congresso Nacional. A informação foi avançada pelo porta-voz do partido, Vitalino Canas, no final do Secretariado Nacional de 12 de Novembro, em conferência de Imprensa realizada na sede nacional do PS, na qual garantiu também que a bancada socialista não tem intenção de deixar cair o Estatuto dos Açores, estando, porém, a ponderar aprofundadamente as hipóteses de confirmar o diploma tal como está ou de lhe introduzir algumas alterações.

“Existem três hipóteses relativamente ao Estatuto Político Administrativo dos Açores, todas elas estão em aberto e todas elas são opção”, declarou o dirigente socialista, adiantando que “não é intenção do PS deixar cair o diploma, uma vez que aquilo que está neste momento em discussão são dois artigos e o Estatuto foi aprovado por unanimidade na Assembleia da República”.

Na ocasião, o camarada Vitalino Canas desafiou também a líder do principal partido da oposição a pronunciar-se sobre a situação institucional na Assembleia Legislativa da Madeira.

“Alguns dias volvidos após os graves incidentes ocorridos na Madeira, que implicaram a suspensão incons-



## OPINIÃO



**MIGUEL GINESTAL**  
Deputado do PS; Presidente da Subcomissão Parlamentar de Agricultura, Florestas, Desenvolvimento Rural e Pescas

*Os produtos tradicionais são cada vez mais procurados e valorizados por consumidores informados, como sucede por exemplo com os azeites DOP de Trás-os-Montes ou os azeites de Moura*

titucional e ilegal de um deputado [do PND] democraticamente eleito, continuamos a assistir a um ensurdecedor silêncio da parte da liderança do PSD”, criticou, na altura, Vitalino Canas, adiantando que Manuela Ferreira Leite “tem repetidas vezes feito referências injustas e despropositadas ao funcionamento democrático do país”.

“Assim sendo, não se compreende o seu silêncio face ao gravíssimo atentado à democracia” na Assembleia Legislativa Regional da Madeira, venceu.

Na sua declaração, o porta-voz do PS reiterou também o apoio do partido à ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, e à aplicação do sistema de avaliação.

Neste ponto, referiu-se a uma

recente portaria do Governo Regional da Madeira no sentido de os professores serem todos qualificados com “bom” nos anos lectivos de 2007/2008 e 2008/2009.

“Se não houver rapidamente da parte do PSD uma demarcação em relação a esta medida do Governo Regional da Madeira, entenderemos que este é o modelo de avaliação do PSD e de Manuela Ferreira Leite”, afirmou, para acrescentar de seguida que o Secretariado Nacional do PS “repudiou” os incidentes ocorridos, em Fafe, com a ministra da Educação.

“Esses incidentes demonstraram que existem alguns problemas que têm de ser ultrapassados. Demonstram, sobretudo que há profissionais da educação que se escondem atrás dos alunos”, concluiu. **M.R.**

## ARMANDO RAMALHO COMUNICA DECISÃO DE CANDIDATAR-SE À LIDERANÇA DO PARTIDO

O CAMARADA Armando Ramalho decidiu candidatar-se a secretário-geral do PS, conforme expressou recentemente em carta aberta ao presidente do partido, Almeida Santos.

Em declarações à Imprensa, Armando Ramalho manifestou-se confiante no êxito da sua candidatura, a qual terá de reunir cem assinaturas para ser formalizada, afirmando que espera que ela “represente um

espaço de abertura e diálogo” dentro do partido e que combata a “apatia” dos militantes socialistas.

Recorde-se que a Comissão Nacional do PS realiza no próximo sábado, dia 29 de Novembro, uma reunião onde deverão ser oficialmente marcadas as datas para a realização do XVI Congresso Nacional, da eleição directa do secretário-geral e das listas dos delegados.

## Resultados da cimeira do G20 foram escassos

O PORTA-VOZ do PS, Vitalino Canas, manifestou a sua concordância com as teses defendidas na cimeira dos países mais industrializados e emergentes (G20) de reforma e fortalecimento dos mercados financeiros, considerando no entanto “os resultados foram escassos em relação ao esperado”.

Segundo o dirigente socialista, neste momento “não há um problema de excesso, mas de defeito de regulação”.

Por isso, acrescentou, é necessário um reforço mundial dos mecanismos de regulação, embora o excesso deva “sempre ser evitado”.



A cimeira do G20 realizada em Washington determinou expressamente a reforma e fortalecimento dos mercados financeiros,

responsabilizando cada país, com a advertência de que será preciso evitar o excesso de regulação.

O G20 integra os oito países mais industrializados do mundo - Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Japão e Rússia -, a União Europeia (UE) e os emergentes Argentina, Brasil e México nas Américas, Turquia e Arábia Saudita no Médio Oriente, África do Sul, China, Coreia do Sul, Índia e Indonésia na Ásia, e a Austrália.

Representa 85% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e concentra dois terços da população do planeta.

## NOVEMBRO, SEMEAR

(EXPRESSÃO POPULAR)

NA SEMANA que passou, em Estrasburgo, deu-se um passo importante para o futuro da Agricultura Europeia. O Parlamento Europeu votou o “Relatório Capoulas Santos”, num processo de co-decisão informal sobre o “exame de saúde” da PAC. As propostas aprovadas visam dar uma dimensão mais social e mais solidária a uma PAC demasiado liberal, que resultou da Reforma realizada em 2003.

Está de parabéns o nosso camarada Luís Capoulas Santos, que após um trabalho hercúleo de mais de um ano e meio de diálogo e consensos, nem sempre fáceis, conseguiu um conjunto de propostas que contribuem para uma PAC mais efectiva na segurança alimentar, na criação de emprego, na coesão territorial e na protecção dos consumidores, do ambiente e dos animais (eco-condicionalidade), num quadro de um desenvolvimento rural sustentável em harmonia com os diversos modos e condições de produção das várias regiões europeias.

O Desenvolvimento Rural é, cada vez mais, uma prioridade no projecto europeu. No período de programação financeira em vigor (2007-2013) assistiu-se a um claro reforço do segundo pilar da Política Agrícola Comum (PAC) – o desenvolvimento rural. Os grandes objectivos da actual política de desenvolvimento rural prendem-se com a criação de um sector agrícola e silvícola mais forte e mais competitivo, com a preservação do ambiente natural e do património rural da Europa e ainda com a melhoria da qualidade de vida da população rural.

Em Portugal, existem cerca de 416 mil explorações agrícolas, com toda uma ampla diversidade de dimensão de explorações agrícolas, tipos e sistemas de produção, mas onde prevalece a pequena agricultura familiar, numa realidade em que 45% dos agricultores portugueses têm mais de 65 anos.

Assiste-se ao rápido desaparecimento de toda uma complexa teia de relações sociais que com ela leva ao desaparecimento de saberes ancestrais dos usos tradicionais do meio rural. Urge, pois, encontrar os pontos de equilíbrio com os estilos de vida actuais. Nessa perspectiva, o rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola e a capacitação dos agentes locais são desafios para uma nova multifuncionalidade dos espaços rurais.

O turismo no espaço rural é hoje uma realidade em várias regiões do país tais como o Douro vinhateiro, o Minho ou crescentemente a região Dão-Lafões. Os produtos tradicionais são cada vez mais procurados e valorizados por consumidores informados, como sucede por exemplo com os azeites DOP de Trás-os-Montes ou os azeites de Moura.

O porco alentejano é exemplo de sucesso do desenvolvimento rural ibérico, uma raça autóctone que permite simultaneamente gerar emprego e rendimento para as economias locais, contribuir para fixar as populações do interior desertificado e através da valorização do montado de azinho, conservar um importante ecossistema mediterrânico. Em suma, só poderemos almejar um desenvolvimento rural sustentável e duradouro, se este respeitar as potencialidades e dificuldades endógenas de cada território.

Recentemente participei num debate sobre a conciliação das vertentes sociais, económicas e ambientais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Este debate ocorreu durante o Congresso Ibérico organizado pelo Governo Autónomo da Extremadura, em que participaram políticos, agentes dos serviços de agricultura, agricultores e representantes das agências de desenvolvimento local de Portugal e Espanha.

Neste congresso tive a oportunidade de propor a realização de uma Cimeira Ibérica, em Portugal, que permita, por um lado, criar um observatório ibérico de monitorização dos impactos das ajudas comunitárias ao desenvolvimento rural e das medidas de mitigação da desertificação e, por outro lado, fomenta e fortaleça as ligações entre as várias regiões da Península Ibérica, numa perspectiva do desenvolvimento efectivo da cooperação transnacional. Uma cimeira que permita preparar a posição ibérica para a discussão dos caminhos do desenvolvimento rural na Europa após 2013.

Os aspectos relacionados com a protecção do ambiente e da conservação da biodiversidade, numa lógica de compensação pela sociedade das externalidades ambientais do mundo rural, deve igualmente ser equacionada nessa cimeira. De igual modo, dever-se-á promover a activação dos mercados de carbono e das políticas bioenergéticas, na perspectiva do combate às alterações climáticas.

Esta foi a “semente” que “lancei à terra”, que espero venha a crescer num território de oportunidades, compatibilizando o desenvolvimento sócio-económico com a preservação do ambiente, mas sempre com a participação dos seus habitantes na construção desse caminho. O desenvolvimento rural sustentável é o rumo certo para contrariar o abandono agrícola e combater a desertificação. Esse é o grande desafio que se coloca hoje ao mundo rural, num mundo em mudança!

## OPINIÃO



RICARDO  
GONÇALVES  
Deputado do PS

*Para o PCP, Barak Obama não merece sequer o benefício da dúvida e o sistema em vigor nos Estados Unidos está longe de ser totalmente democrático*

## CONTRADIÇÕES COMUNISTAS

NA ÚLTIMA tertúlia, em que participo há vários anos, o tema em destaque foi a eleição de Barak Obama para a presidência dos Estados Unidos. Como é habitual, para a conversa foram convidados elementos externos e, desta vez, a escolha recaiu na “Renovação Comunista”, organização que esteve representada por Cipriano Justo e Paulo Fidalgo.

No decorrer da conversa, os “renovadores” manifestaram todo o seu entusiasmo pela eleição de Obama e frisaram o seu apoio ao homem que fez sonhar novamente o povo americano.



A posição da “Renovação Comunista” surpreendeu-me, sobretudo porque é substancialmente diferente da que é sustentada pelo PCP e mostra como são diferentes os caminhos seguidos pelas duas facções após a queda do muro de Berlim. Enquanto os “renovadores” evoluíram nas suas posições, os comunistas continuam presos a utopias do passado.

Para o PCP, Barak Obama não merece sequer o benefício da dúvida e o sistema em vigor nos Estados Unidos está longe de ser totalmente democrático. Os comunistas continuam determinados em privilegiar uma contestação permanente ao poder e não se preocupam com possíveis alternativas, nem em interagir com aqueles que representam a esperança, como é o caso de Obama.

Curiosamente, os jovens deputados comunistas acabam por ser ainda mais fundamentalistas que os mais velhos. Como não tiveram dúvidas existenciais sobre o comunismo após a queda do muro, os jovens do PCP que vão entrar para a Assembleia da República acabam por ser muito menos abertos a qualquer mudança.

Assim, e ao contrário do que seria previsível, o rejuvenescimento da bancada do PCP representa a vitória dos ortodoxos e o afastamento dos reformadores.

Para o PCP actual, o comunismo nunca foi uma realidade pois o que se viveu na URSS foi apenas uma aproximação. Estes, em vez de meditar nos erros do passado, continuam em busca de uma utopia que represente uma alternativa radical ao capitalismo e ao sistema liberal, garantindo que essa ilusória via é que vai funcionar. Para eles, o importante é continuar com a forte ilusão dos “amanhãs que cantam”.

O mesmo não se passa quando é necessário apresentar soluções viáveis e exequíveis para o dia-a-dia das pessoas. Os dirigentes do PCP ignoram a realidade e, por outro lado, não hesitam em acusar de “desistentes cobardes” todos os que abandonam este caminho do nada para procurarem verdadeiras soluções para as dificuldades que surgem nos dias de hoje.

Agarrado a utopias inalcançáveis e impraticáveis, o PCP (tal como o Bloco de Esquerda) garante a sua sobrevivência graças ao aproveitamento dos votos de protesto contra o poder instalado. Os comunistas não estão dispostos a contribuir com propostas capazes de ajudar a governar Portugal, limitam-se a viver à margem e a tirar partido dessa situação.

A posição da “Renovação Comunista” tem sido bem diferente. Os “renovadores” têm sido capazes de defender propostas realistas e integram-se com facilidade em diversos movimentos cívicos e sociais.

Apesar de tudo, também há aqui uma contradição. É que os “renovadores” dizem ainda ser comunistas e, sendo assim, como é que podem acreditar, e participar, num sistema político liberal e numa economia de mercado?

## Barack Obama escreve carta a José Lello

O PRESIDENTE eleito dos Estados Unidos da América, Barack Obama, enviou uma carta pessoal a José Lello, na sua qualidade de presidente da Assembleia Parlamentar da NATO, felicitando-o pela sua presidência e manifestando o seu desejo de trabalhar de perto com a organização.

A carta revela uma mudança de atitude por parte da Administração Norte-Americana e uma defesa do multilateralismo como forma de os Estados Unidos interagirem na geo-política global. Refira-se que, nunca na história da Assembleia Parlamentar da NATO, um presidente norte-americano se dirigiu à organização.

A carta, enviada por ocasião da realização da 54ª Sessão Anual

da Assembleia Parlamentar da NATO, que se realizou em Valência, Espanha, entre os dias 14 e 17 de Novembro, começa por felicitar José Lello “pelo sucesso do mandato da sua presidência”, sublinhando de seguida a importância da instituição para a criação de consensos entre os aliados.

“A Assembleia Parlamentar da NATO constitui um importante fórum para um debate informado e para a criação de consensos entre



os nossos aliados. Deve continuar a desempenhar um papel vital na orientação da Aliança na próxima década e para além dela”, afirma Barack Obama, que manifestou também a sua vontade de trabalhar em estreita colaboração com a próxima presidência da organização.

## Junqueiro eleito vice-presidente da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo

O DEPUTADO socialista, José Junqueiro, foi eleito vice-presidente da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo.

A eleição decorreu durante a terceira sessão plenária desta assembleia, que se realizou entre os dias 13 e 15 de Novembro, na cidade do Mónaco, e que teve como principal objectivo eleger as diversas personalidades que farão parte do novo Bureau e das presidências das três Comissões Permanentes para o período de 2008/2010.

Rudy Salles, actual vice-presidente da Assembleia Nacional Francesa, foi o eleito para presidir a esta organização, enquanto as vice-presidências foram atribuídas respectivamente, a Elisavet Papa-



dimitriou, da Grécia, e uma das vice-presidentes do parlamento do seu país, e ainda aos deputados Francesco Amoruso, de Itália e José Junqueiro de Portugal.

Para além de ter sido escolhi-

do para a vice-presidência da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo, o deputado socialista português foi igualmente eleito para a presidência da Comissão Política e de Segurança, primeira comissão da qual já vinha a assumir a responsabilidade da vice-presidência.

Ainda no âmbito desta terceira sessão coube à deputada Sónia Sanfona, eleita nas listas do Partido Socialista pelo ciclo eleitoral de Santarém, a apresentação do relatório e da resolução sobre a liberdade e diálogo entre culturas e civilizações, documento aprovado pelo grupo especial de trabalho para o diálogo de culturas e religiões. R.S.A.

## Jorge Almeida reafirma importância do IC26 para as populações do Douro

A CONSTRUÇÃO do Itinerário Complementar 26 (IC26), uma reivindicação de há vários anos das populações da Região Demarcada do Douro, foi objecto de um requerimento apresentado pelo deputado do PS Jorge Almeida.

Jorge Almeida pretende saber se o Governo “reafirma a vontade política de concretizar tão importante infra-estrutura para as populações durienses”, e ainda se o calendário programado em Outubro de 2007, para o projecto do IC 26, está a seguir o seu curso normal, qual a previsão temporal para a conclusão do EIA e as condições para o lan-

çamento do concurso de execução da obra.

“O IC26 colocado e retirado do Plano Rodoviário Nacional, por governos anteriores a este, foi objecto de uma justa decisão política por parte deste Executivo”, refere Jorge Almeida no documento.

Esta via é considerada fundamental para a actividade económica da região, uma vez que vai contribuir para facilitar o escoamento da produção vitivinícola daqueles concelhos e incrementar a actividade turística da região, que se encontra numa fase de expansão.

De acordo com o projecto apre-

sentado, no ano passado, pelo secretário de Estado das Obras Públicas, Paulo campos, o IC26 terá uma extensão de 43 quilómetros e beneficiará as populações de Baião, Mesão Frio e Peso da Régua.

Jorge Almeida salientou ainda que o distrito de Vila Real, com os projectos de execução em concurso, e com as obras já em construção, ficará, no final desta legislatura, “com o Plano Rodoviário cumprido numa percentagem muito significativa”.

Será, adiantou, “dos distritos com mais obra realizada, ou em realização, ‘per capita’”.

# Tomada de posse do Governo Regional Carlos César quer manter boa relação com Governo da República

**O presidente do Executivo açoriano, Carlos César, manifestou o desejo de prosseguir uma “boa relação” com o Governo da República, sublinhou que pretende manter “grau de exigência” para que a Administração Central cumpra as suas obrigações na região autónoma, e lembrou ainda que a “expressiva vitória” dos socialistas nas regionais de Outubro “não deixa margem para dúvidas”.**

Carlos César, que falava no dia 18, durante a tomada de posse do X Governo Regional dos Açores, após as eleições de Outubro, salientou que a relação mantida com o Executivo de José Sócrates propiciou “ganhos” como a aprovação da revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas e do novo quadro referente aos fundos comunitários para a região autónoma.

Sobre o Estatuto Político-Administrativo dos Açores, César salientou que fica reservada à Assembleia Legislativa Regional a “exigente missão de aproveitar com qualidade e oportunidade os novos instrumentos” que ficarão ao dispor da região, no âmbito da revisão constitucional de 2004.

“É verdade que, infelizmente, vivemos num país que, a espaços, nem sempre se respeita ou que se engana a si mesmo quando ignora, instrumentaliza para outros fins ou desconfiava das partes que o compõem”, afirmou.

Perante os novos 57 deputados do parlamento açoriano, Carlos César anunciou, ainda, um encontro com os presidentes das Câmaras de Comércio e Indústria para analisar medidas de relançamento da economia, de recuperação do crédito, da capitalização das empresas, bem como do consumo. “É nessa consciência, em ambiente construtivo e de trabalho, e com esse estado de espírito, que devemos, com confiança, criatividade e espírito empreendedor, encarar o futuro próximo”, sublinhou.

Por outro lado, no seu discurso, o chefe do Governo açoriano destacou a maior “diversidade” do Parlamento, agora composto por seis forças políticas, lembrando que assim é “por aplicação da nova Lei Eleitoral – proposta pelo PS e entretanto aprovada – sem a qual, com o mesmo número de votos, e nesta legislatura, o PCP e o Bloco de Esquerda não teriam representação e os dois maiores partidos da oposição teriam menos deputados”. Por isso, acrescentou, os Açores são um “espaço democrático vitalizado”.

César reiterou ainda que os resultados das regionais “não deixaram margem para dúvidas”, com o PS a obter uma “expressiva vitória”, deixando a 20 pontos percentuais o segundo partido mais votado e a

40 o terceiro”, e sublinhou que o X Governo Regional “apresenta-se renovado na titularidade da maior parte dos seus departamentos, com gente nova e com uma energia redobrada”.

No discurso da posse do seu quarto governo, César criticou, ainda, o PSD, que fez previsões erradas sobre o futuro dos socialistas.

“Os que, como o ainda maior partido oposição, vaticinavam estarmos perante o fim de um ciclo político, e que o repetem agora, falharam no seu augúrio no passado e voltarão certamente a falhar no futuro”, acusou.

## **Novo Governo tem três caras novas**

O novo Governo Regional dos Açores, que inclui três caras novas, terá um vice-presidente e oito secretários regionais, entre os quais duas mulheres.

O presidente do Executivo, Carlos César, além da coordenação global, terá competências nas relações com os órgãos de soberania, na área da cultura e dos tratados e acordos internacionais que digam directamente respeito à região.

Já as competências relativas ao acompanhamento do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos, que permite a presença de militares dos EUA na base das Lajes, são delegadas por Carlos César no novo secretário regional da Presidência, André Bradford.

Este novo membro do Governo terá, também, competências próprias nas áreas da Comunicação Social, Assuntos Parlamentares e Assuntos Europeus e terá na sua dependência o subsecretário regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa, Rodrigo Oliveira.

O vice-presidente do Governo, Sérgio Ávila, terá a tutela das Finanças e Património, assim como o acompanhamento e planeamento do programa de gestão dos fundos comunitários disponíveis nas ilhas até 2013.

A Secretaria Regional da Educação e Formação, a cargo de Maria Lina Mendes, tem competências na Educação, incluindo as escolas de formação profissional, bem como o



acompanhamento do ensino pós-secundário e desporto.

José Contente mantém a tutela das Obras Públicas, Transportes Terrestres, Protecção Civil, Comunicações, Ciência e Tecnologia e Sociedade de Informação.

O novo secretário regional da Economia, Vasco Cordeiro, vai ter competências relativas ao Comércio e Indústria, Transportes Aéreos e Marítimos, Turismo e Promoção

do Investimento Externo.

Já Ana Paula Marques passa a tutelar sectores do Trabalho, Segurança Social, Qualificação Profissional, Habitação, Igualdade de Oportunidades, Deficiência e Políticas de Família.

O novo secretário regional da Saúde, Miguel Fernandes Correia, terá a seu cargo o serviço regional do sector, incluindo a coordenação das políticas de prevenção e com-

bate às dependências.

Noé Rodrigues vai continuar na Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, enquanto a secretaria regional do Ambiente e do Mar, tutelada por Álvaro Meneses, terá na sua dependência o subsecretário regional das Pescas, Marcelo Pamplona.

## **Garantias de bom desempenho**

No comentário à posse do novo Executivo, o PS/Açores considerou que este novo Governo Regional apresentado por Carlos César, dá “garantias políticas objectivas” de um bom desempenho e defendeu que “fazem todo o sentido” as alterações na sua orgânica.

“Estamos perante um elenco de pessoas com prestígio e que darão garantias políticas objectivas de poder vir a contar com um excelente Governo”, sublinhou José Carlos San-Bento, membro do Secretariado Regional do PS.

Segundo o dirigente socialista açoriano, a nova equipa governamental traduz a afirmação de “valores que têm caracterizado” o Executivo do PS, nomeadamente inovação, idoneidade e competência.

Relativamente à orgânica do Governo Regional, José Carlos San-Bento salientou que Carlos César optou por reestruturações que “fazem todo sentido”, revelando “capacidade de acompanhar e manter uma sintonia forte com a sociedade e com os desafios da governação”.

## **FRANCISCO COELHO PRESIDE AO PARLAMENTO AÇORIANO**

NA PRIMEIRA reunião da Assembleia Legislativa Regional, Francisco Coelho foi eleito, por maioria, presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, substituindo no cargo o também socialista Fernando Meneses.

O novo presidente do Parlamento açoriano, eleito pela ilha Terceira, obteve 39 votos a favor, 12 contra e cinco abstenções.

Francisco Coelho prometeu exer-

cer de forma “adequada” o cargo para o qual foi eleito, salientando que os 22 anos de experiência política no seio do PS são “uma garantia” de que saberá estar à altura das exigências das novas funções.

O deputado socialista disse ainda esperar que nos próximos quatro anos haja um “debate vivo” no Parlamento açoriano, mas sempre “dentro das regras democráticas”.

## **EXECUTIVO DE CÉSAR É O ESPELHO DA BOA GOVERNAÇÃO SOCIALISTA**

O PORTA-VOZ do PS, Vitalino Canas, considerou que o novo Governo Regional dos Açores que saiu de “uma excelente vitória” nas regionais de Outubro “expressa de forma inequívoca a vontade do povo açoriano, que deposita grande esperança na continuidade das políticas que têm vindo a ser de-

envolvidas no sentido de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos” da região autónoma.

Em declarações ao “Acção Socialista”, Vitalino Canas sublinhou ainda que o Governo açoriano presidido por Carlos César “é o espelho do que é a boa governação socialista”.

## REGUENGOS DE MONSARAZ APOIA ARRENDAMENTO JOVEM



A CRIAÇÃO de canais alternativos para alguns passos do processo de candidatura ao Programa Porta 65 de Arrendamento Jovem, nomeadamente para a obtenção de informação de enquadramento e para esclarecimento de dúvidas localmente, é o objectivo central do protocolo de cooperação assinado no dia 18 de Novembro, entre a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, presidida pelo nosso camarada Victor Manuel Barão Martelo, o Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana e o Governo Civil de Évora.

Através deste acordo oficializado numa cerimónia realizada na Universidade de Évora e que contou com a presença do secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, João Ferrão, a autarquia de Reguengos pretende implementar um envolvimento concertado com a Administração Central, com entidades públicas, privadas ou do sector cooperativo e associativo, de forma a assegurar um leque de soluções ao nível do arrendamento com vocação social, em complementaridade com a dinamização introduzida pelo Novo Regime de Arrendamento Urbano no mercado do arrendamento.

Assim, o município vai disponibilizar apoio técnico e informático no âmbito da instrução de candidaturas on-line ao Porta 65 e instituir interlocutores locais facilitadores da correcta instrução destas e capazes de apoiar os jovens em cada concelho.

O protocolo visa pois reduzir ou eliminar a duplicação de pedidos de informação e o número de candidaturas mal instruídas, consolidar a clarificação e adaptabilidade a públicos-alvo específicos da informação disponibilizada e estabelecer procedimentos de transmissão de informação entre serviços, promovendo relações de cooperação entre a Administração Central e Local, na prossecução da qualidade da resposta dada ao cidadão.

Recorde-se que a iniciativa Porta 65 é um instrumento que possibilita o acesso a apoio financeiro ao arrendamento por jovens isolados, constituídos em agregados ou em coabitância, com idades entre os 18 e os 30 anos. **M.R.**

# Orçamento Regional da Madeira para 2009 não é credível

A PROPOSTA de Orçamento Regional para o próximo ano (OR 2009), entregue recentemente pelo Governo da Madeira na Assembleia Legislativa Regional, é tímida e insuficiente, constituindo uma decepção e uma “machadada” nas aspirações dos madeirenses.

Esta é a reacção dos deputados socialistas ao documento do Executivo de Alberto João Jardim, tornada pública numa conferência de Imprensa na qual o deputado do PS-M Carlos Pereira descreveu o OR 2009 como “uma oportunidade perdida”.

“Era esperado um documento reformador e de coragem, tendo surgido, na verdade, um projecto quase confrangedor, cheio de atalhes e esconderijos, recheado de tropelias”, disse.

Este deputado socialista no Parlamento Regional madeirense classificou ainda a proposta laranja como “um orçamento que é pouco credível e que coloca a nu as fragilidades do Governo (regional), a sua falta de categoria técnica”.

Carlos Pereira declarou também que a proposta apenas serve para manter o estado de coisas a que o PSD habituou os madeirenses: “mais endividamento e desperdício”.

“O OR 2009 é insuficiente e atenuado nas medidas necessárias para devolver a esperança aos madeirenses”, reforçou o deputado, vincando, entre as críticas que faz à proposta de Orçamento, que nesta “não existe o mínimo esforço do



Executivo para explicar ao exterior que estamos pobres e que foi uma mentira, um jogo político, fazer passar a ideia de que o PIB (Produto Interno Bruto) representa a riqueza dos madeirenses”.

Segundo o deputado do PS na Assembleia Legislativa Regional, com a proposta apresentada pelo Governo de Alberto João Jardim ficaram goradas as expectativas de que a política fiscal aliviasse o peso dos impostos sobre os madeirenses.

Lembrando que a Madeira “é uma das regiões do país onde a carga fiscal é mais elevada”, o que torna uma zona menos competitiva, Carlos Pereira evidenciou que, ao contrário do que era preciso, “o Orçamento Regional para 2009 não baixa os impostos e insiste na manutenção de taxas de IRS sobre

as famílias muito elevadas”.

E advertiu de seguida que as receitas dos madeirenses mal utilizadas vão contribuir para o aumento do desemprego, falências, bolsas de pobreza, insegurança, endividamento, gerar a desconfiança dos empresários e afastar o investimento privado.

O deputado do PS-M denuncia ainda que, no capítulo das despesas, a proposta do Executivo madeirense “orçamenta sempre menos do que executa”, que as receitas estão empoladas, que uma parte significativa do plano de investimentos é para projectos já concretizados e que haverá um aumento da dívida directa, pelo que não hesitou em criticar o facto dos avals aumentarem para 1500 milhões de euros.

“Quase tão grave como este

mau orçamento é o que o documento para 2009 esconde”, sublinhou finalmente Carlos Pereira, desafiando o PSD regional a esclarecer várias questões, entre as quais, qual o montante efectivo da dívida da Madeira, qual a estratégia de diversificação da economia que defende, onde está o rigor e a transparência, onde pára uma política de investimentos de rigor das contas públicas.

Refira-se que o grupo parlamentar socialista na Madeira apresentará um conjunto significativo de medidas que têm por objectivo minimizar os efeitos nefastos deste Orçamento laranja e que a proposta de OR 2009 será discutidas de 9 a 11 de Dezembro, na Assembleia Legislativa Regional, estando agendada a votação para o dia seguinte. **MR**

## PS-M requer audição parlamentar sobre assuntos europeus

Os socialistas madeirenses exigem que o Governo regional ponha a Assembleia Legislativa Regional ao corrente das negociações do próximo Quadro Comunitário de Apoio e que proceda a uma avaliação intercalar em 2010 sobre a evolução das regiões que, no quadro financeiro 2007-2013, saíram do Objectivo 1 (regiões menos desfavorecidas).

Assim, o presidente da bancada do PS-M, Victor Freitas, solicitou uma audição parlamentar ao vice-presidente do Executivo madeirense, João Cunha e Silva, sobre assuntos europeus.

Após vincar a crucialidade de manter os deputados da região informados e actualizados sobre todos os dossiers relacionados com os apoios da União Europeia e respectivas negociações, uma vez “este governo não é de confiança”, Victor Freitas lembrou ainda que os vários discursos do Executivo laranja, apresentando a Madeira como uma região rica numa “acção de propaganda política” em tempo de eleições, “fez a região perder cerca de 500 milhões de euros” no actual quadro comunitário de apoio.



### ... E apresenta queixa-crime contra Jardim por incentivo à violência

Entretanto, o PS/Madeira apresentou, no dia 20 de Novembro, uma queixa-crime no Ministério Público contra o

presidente do Governo madeirense, Alberto João Jardim, por este ter apelado à violência.

Em conferência de Imprensa, o líder dos socialistas madeirenses, João Carlos Gouveia, criticou afirmações de Jardim durante a inauguração de uma estrada do concelho de Câmara de Lobos, em que apelou à população para que “tratasse daquela gente que quer voltar à Madeira velha”.

Perante estas ocorrências, João Carlos Gouveia afirmou ser necessário que o poder judicial, através do Ministério Público, faça com que Jardim apresente um “esclarecimento cabal da intencionalidade das suas declarações”.

Segundo o dirigente socialista, os órgãos de soberania, nos últimos trinta anos, se demitiram da responsabilidade de “sancionar política e moralmente” o que se passa na Madeira.

“Não é a primeira vez que o presidente do Governo Regional comete crimes desta natureza e fica impune, o que cria um clima de impunidade”, rematou. **MR**



# Projecto Nova Alcântara é estratégico e necessário

**A conquista de um papel estratégico no mercado europeu de transporte de passageiros e mercadorias, um maior acesso público ao Rio Tejo, a retirada diária de mil camiões das estradas e uma maior procura da Linha de Cascais são as principais vantagens do projecto Nova Alcântara apontadas pelo Governo, que advoga a necessidade da sua execução.**

AO PARTICIPAR recentemente numa iniciativa da Concelhia do PS de Lisboa, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, sublinhou os benefícios deste plano que inclui a ampliação do terminal de contentores, o desnivelamento do nó ferroviário de Alcântara e a promoção da intermodalidade a nível de transportes na zona.

Defendendo uma maior participação da cidade no crescente movimento europeu e mundial do transporte de mercadorias e passageiros, Mário Lino sustentou que, no Porto de Lisboa, só o terminal de Alcântara possui as condições necessárias para criar boas acessibilidades e receber embarcações que exigem fundos de 15 a 17 metros.

O ministro garantiu também que o prolongamento do contrato de concessão do terminal à empresa Liscont foi uma situação “perfeitamente legal” e “necessária” para manter o país na luta por um lugar estratégico no transporte de mercadorias e passageiros.

“Estamos perante duas alternativas: mandar os barcos para os portos espanhóis ou captá-los para o nosso território”, declarou, acrescentando que esperar pelo fim do



contrato com a Liscont (até 2015) seria “adiar o alargamento da capacidade do terminal e diminuir a resposta à procura”.

Quanto à polémica gerada à volta do Nova Alcântara, Mário Lino observou que esta se refere basicamente ao efeito visual da intervenção e explicou que “o impacto visual deste projecto vai ser menor do que é hoje, com os edifícios que lá estão e com os quais nunca ninguém se manifestou preocupado”.

Também presente no debate, a secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, deixou claro que Alcântara nunca terá em simultâneo o milhão de contentores previsto como nova capacidade anual do espaço de estacionamento (contra os actuais 350 mil), ficando apenas preparada

para o crescimento do tráfego dos próximos anos.

Ana Paula Vitorino garantiu igualmente que o alargamento do terminal permitirá o acolhimento regular de navios com maior profundidade, o alinhamento do cais, o consequente aumento da capacidade de recepção da zona do rio que tem os maiores fundos e a criação de uma praça de acesso público junto à Gare, numa zona actualmente vedada.

Segundo a governante, as restantes intervenções (desnivelamento do nó ferroviário e promoção da intermodalidade do projecto) servirão, por exemplo, para reduzir a viagem de comboio entre Cascais e Entrecampos de 68 para 40 minutos, motivando um aumento da procura daquela linha em 39%.

Também o movimento de camiões TIR na rede municipal e nacional perderá mil veículos por dia, devido às futuras ligações fluviais e ferroviárias entre Alcântara e áreas e plataformas logísticas como as de Castanheira do Ribatejo, Bobadela e Poceirão.

## Três estudos de impacto ambiental

Por seu turno, a Câmara de Lisboa, através do seu presidente, camarada António Costa, também presente no debate, anunciou que vai avançar com um pedido ao Governo para que este submeta o projecto Nova Alcântara a um processo de Avaliação Ambiental Estratégica.

Refira-se que esta figura permite

avaliar e identificar as consequências ambientais antes da elaboração do projecto, prevendo a participação do público antes da decisão de aprovação dos planos e a elaboração de uma declaração final.

Entretanto, o Ministério do Ambiente fez saber que o projecto Nova Alcântara vai ser sujeito a três estudos de impacto ambiental, nomeadamente quanto à ligação ferroviária, o aprofundamento do cais e o terminal de contentores.

O projecto, que engloba duas grandes intervenções – de carácter portuário (ampliação do terminal de contentores) e ferroviário (ligação da Linha de Cascais à de Cintura) – representa um investimento global de 407 milhões de euros e deverá estar concluído em 2013. **MR**







Acção  
**Socialista** 

1978-2008 30 anos ao serviço do socialismo democrático

# Variante de Loulé avança pela mão do PS

O SECRETÁRIO de Estado das Obras Públicas, Paulo Campos, numa reunião com autarcas do Partido Socialista de Loulé, garantiu que brevemente irá deslocar-se à região para proceder à assinatura do contrato para a realização da obra da variante norte de Loulé à EN (Estrada Nacional) 270, infraestrutura rodoviária considerada há muito pela população como de fundamental relevância.

Na reunião havida no passado dia 11 de Novembro, Paulo Campos afirmou que o Governo vai avançar com esta obra rodoviária para dar continuidade aos troços existentes da circular de Loulé, herança, como fez questão de recordar, “dos mandatos autárquicos do PS aquando da sua passagem pela Câmara Municipal de Loulé”.

Para os autarcas socialistas deste concelho, o anúncio de que o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações vai mesmo avançar

com a construção da variante norte, reveste-se de especial significado, pois veio confirmar, como salientaram, que Paulo Campos, para além de ser um “interlocutor disponível e sensível aos argumentos que lhe foram sendo apresentados”, é também, por cumprir a promessa de que este Governo iria nesta legislatura iniciar esta obra, “um político responsável e credível”.

Para os autarcas do Partido Socialista deste município algarvio, o momento reveste-se de particular significado para todos os louletanos, uma vez que, como referem, “vêm agora claramente no horizonte a possibilidade de se concretizar um dos seus maiores sonhos” com a execução desta obra rodoviária que vai permitir “uma mais adequada e fácil circulação rodoviária na cidade de Loulé”.

Contudo, os socialistas de Loulé lembram que, apesar do excelente trabalho que o Governo e o



Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações estão a desenvolver em prol da qualidade de vida do município, não podem no entanto deixar de sublinhar que a circular de Loulé é um projecto antigo liderado por socialistas tão ilustres como o ex-presidente da Câmara Municipal, Joaquim Vairinhos e mais tarde continuado por Vítor Aleixo.

O PS de Loulé lamenta por fim que o Executivo camarário, de maioria de direita, por pura “cegueira partidária” não tenha, por um lado, contribuído para a concretiza-

ção desta tão importante obra para a cidade de Loulé, e por outro lado tenha mesmo atacado “despudoradamente o Governo do PS” agido por “rasteiro interesse partidário” ao defender a inclusão da variante norte de Loulé na intervenção e requalificação da EN 125 atitude que a ser seguida, dizem, “significaria um atraso de pelo menos um ano no início da obra”.

A este propósito o PS acentua “a irresponsabilidade do Executivo autárquico do PSD”, por passados sete anos de poder na autarquia “ainda não ter conseguido elaborar

o projecto para o troço sul, entre a rotunda de Faro e a rotunda dos bombeiros”, obra que, lembram, “é de responsabilidade municipal”.

Na reunião com o secretário de Estado Paulo Campos, estiveram presentes o deputado da Assembleia da República, Hugo Nunes, eleito nas listas do PS pelo ciclo eleitoral do Algarve, os vereadores Luís Mealha e Helena Baptista, e ainda António Almeida, membro da Assembleia de Freguesia de São Sebastião e o coordenador do PS na Assembleia Municipal de Loulé, Vítor Faria. **R.S.A.**

## FALTA VISÃO ESTRATÉGICA NA FIGUEIRA DA FOZ

A PROPOSTA do novo Plano de Urbanização (PU) da Figueira da Foz “não demonstra uma estratégia de cidade”, criticam os vereadores socialistas na autarquia local, de maioria laranja.

“Parece-nos uma proposta com falta de visão e falta de arrojo. O processo de revisão do PU foi um processo longo, deveria ser exigente e não foi”, denunciou o camarada António Tavares, que também salientou a falta de fundamentação para o aumento da área urbana da cidade constante do novo PU.

“O aumento da área urbana e urbanizável não está fundamentado, essa é uma questão fulcral. Não percebemos por que é que o perímetro urbano aumenta”, afirmou.

Refira-se que no novo PU da Figueira está previsto que a área urbana e urbanizável aumente cerca de 150 hectares, enquanto os espaços verdes sofrem uma redução de 221 para 176 hectares e a de equipamento diminui de 87 para 83 hectares.

O PS questiona, nomeadamente, o facto de a zona norte da freguesia de Buarcos, que inclui parte da encosta sul da Serra da Boa Viagem, passar a integrar o perímetro urbano.

E aponta a diminuição de espaços verdes “face ao ora previsto, com consequente transformação em zonas habitacionais de áreas para tal inadequadas”.

O camarada António Tavares lamentou, por outro lado, que o plano “não explique” a razão pela qual será permitida a construção em determinados locais “e por que é que nuns sítios os prédios poderão ter seis pisos e noutros oito”.

“O novo PU é uma manta de retalhos em que o que interessa é onde se constrói e não se constrói, parecendo que os espaços destinados à construção foram determinados previamente e os sobranes ficaram para aquilo que não dá para construir”, criticou, acrescentando de seguida que, ao contrário das áreas urbanizáveis, as zonas destinadas a equipamentos públicos, estacionamento e espaços verdes “são fixadas de forma uniforme”.

Perante este estado de coisas, os socialistas entregaram a 24 de Novembro – último dia da discussão pública do novo PU – um documento onde fazem a avaliação de diversos artigos constantes da proposta, bem como do seu processo de elaboração, criticando também o aumento da área urbanizada destinada a habitação.

“Não se percebe porque é que continua a crescer de forma acentuada, atendendo às circunstâncias dos fogos devolutos, do decréscimo da população e crise do imobiliário”, frisou António Tavares. **M.R.**

## Socialistas do Sardoal debatem qualidade da democracia portuguesa

ESTIMULAR a participação cívica e política dos sardoalenses, contribuindo assim para dar os passos certos e credíveis no sentido da mudança e da modernização do concelho é o objectivo central das “Conferências do Sardoal”, uma iniciativa do PS local que contou, no passado dia 22, com a participação de António José Seguro, presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência da Assembleia da República e dirigente nacional do nosso partido.

Subordinada ao tema “A Democracia em Portugal”, a mais recente edição das “Conferências do Sardoal”, que decorreu no auditório dos Bombeiros Municipais, juntou os socialistas do concelho, vários



independentes, estando igualmente presentes os deputados Nelson Baltazar e Fernanda Asseiceira.

A qualidade da democracia portuguesa e o exercício dos direitos dos cidadãos na sua relação com

o Estado foram os assuntos mais aprofundados no debate, onde também se analisou a relação entre eleitos e eleitores, bem como a transparência e o exercício do poder com elevados níveis de ética.

## Convenção Autárquica Concelhia em Vale de Cambra

REALIZA-SE no próximo dia 6 de Dezembro, a partir das 14 horas, no auditório da ACR, a convenção autárquica concelhia “Vale de Cambra – Que Futuro?”

Esta iniciativa conjunta da Concelhia socialista local, da JS e do Departamento Federativo de Mulheres contará com a participação de Carlos Lage, presidente da CCDRN, Afonso Candal, presidente da

Federação do PS de Aveiro, Armando França, eurodeputado, Daniel Bastos, presidente da Associação Nacional de Jovens Autarcas Socialistas, e dos presidentes de Câmara de Server do Vouga e de Espinho, camaradas Manuel Soares e José Mota, respectivamente.

A abertura dos trabalhos estará a cargo do camarada Albino Almeida, presidente da CPC de

Vale de Cambra.

O evento integra dois painéis: o primeiro, sobre “A importância do poder autárquico”, será moderado camarada José António, vereador socialista na autarquia de Vale de Cambra, e o segundo, sobre “A Área Metropolitana do Porto – Prioridades Estratégicas”, sob a moderação da deputada Rosa Maria Albernaz.

# Avanços nas políticas sociais e da igualdade são obra do Governo do PS

“OS GRANDES avanços verificados em matéria de igualdade de género e políticas sociais devem-se, sem dúvida, ao Governo do PS”, garantiu Maria Manuela Augusto, presidente do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas (DNMS), ao intervir recentemente numa iniciativa da Concelhia socialista de Leiria.

Na sessão sobre políticas autárquicas de igualdade do género, Maria Manuela Augusto referiu-se ao conjunto de medidas implementadas pelo Executivo de José Sócrates nesta área, destacando as acções diversas, ministério a ministério, com especial atenção para as áreas da saúde, educação, segurança social, emprego e justiça.

Segundo a presidente do DNMS, a criação da licença parental constituirá “uma mudança de paradigma” na sociedade portuguesa e a Lei da Paridade, “bandeira do PS na Assembleia da República”, vai fazer com que o grande défice de mulheres nos lugares de topo da política seja diminuído progressivamente, à medida que esta for aplicada nos



actos eleitorais que se avizinham.

Na mesma sessão, Isabel Gonçalves, representante da Mulheres Século XXI, uma ONG sedeadada em Leiria, apresentou um trabalho no âmbito do concelho onde é possível constatar que a participa-

ção das mulheres na vida pública e política é reduzida, tal como é reduzido o número de mulheres nos cargos de topo.

Por outro lado, confirma-se que as mulheres representam a maior fatia de desempregados, mas são as

que mais participam em programas de ocupação do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Tendo em conta estes dados, a presidente da Concelhia do PS de Leiria, camarada Odete João, salientou que “muito existe por

fazer em matéria de igualdade de género num concelho onde não há uma casa-abrigo para acolher os cidadãos vítimas de violência doméstica”.

Perante as dezenas de participantes na iniciativa, Odete João disse que a construção de uma casa-abrigo para vítimas de violência doméstica deve ser uma prioridade da autarquia.

“A Câmara tem um conhecimento privilegiado das comunidades que serve e desempenha um papel essencial na eliminação das desigualdades e discriminações, indispensável a uma boa governação”, afirmou a dirigente socialista, considerando de seguida que “cabe ao município definir políticas que promovam a igualdade do género”.

“O ordenamento do território, a mobilidade, os equipamentos sociais, culturais, de lazer e de desporto, quando bem geridos, promovem a qualidade de vida dos cidadãos e permitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal essencial ao bem-estar social”,

## Criado regime especial de protecção às vítimas de violência doméstica

UMA PROPOSTA de lei que cria um regime jurídico para prevenção da violência doméstica, protecção e assistência às vítimas foi aprovada em Conselho de Ministros. No diploma, que será colocado em audição pública, estabelece-se, pela primeira vez, o “estatuto de vítima” no âmbito da violência doméstica e prevê-se a utilização de meios electrónicos para controlo à distância dos arguidos.

Em conferência de Imprensa, no final do Conselho de Ministros do dia 20, o secretário de Estado da Presidência, Jorge Lacão, afirmou que o diploma aprovado na generalidade define, “de forma inovadora, um estatuto de vítima de violência doméstica”, salientando que a proposta de lei concederá às vítimas, no âmbito do processo judicial, “uma protecção mais consistente”.

Assim, explicou, “serão usados meios técnicos de tele-assistência de apoio à vítima, meios electrónicos de controlo à distância para o cumprimento de decisões judiciais impostas ao arguido ou condenado, além da possibilidade de se configurar como urgente processos relativos a violência doméstica”.

Nos processos que serão classificados como urgentes, Jorge Lacão referiu que “poderá haver a possi-



bilidade de aplicação de medidas urgentes de protecção às vítimas no prazo de 48 horas subsequente à constituição do arguido”.

O secretário de Estado da Presidência afirmou também que a proposta prevê a criação de “um regime específico para a possibilidade de detenção do agressor fora do flagrante delito”, medida que, frisou, “configura uma protecção mais efectiva à vítima de violência doméstica”.

“Quando, na sequência de detenção, não seja possível apresentar o agressor imediatamente ao

juiz, será no entanto possível a sua retenção em detenção por um período não superior a 48 horas, salvaguardando-se assim a vítima da eventual continuação de uma actividade criminosa”, acrescentou.

Segundo Jorge Lacão, “este conjunto de medidas representam um aperfeiçoamento significativo no que respeita à protecção da vítima”.

E acrescentou que este diploma “cria ainda o direito da vítima ser indemnizada por feito da situação de violência que sobre ela tenha ocorrido, bem como permite soluções com alguma flexibilidade no domínio da mobilidade geográfica, incluindo a mobilidade ao nível das relações laborais sempre que isso seja viável do ponto de vista da organização do trabalho”.

O diploma aprovado pelo Governo garante ainda a prestação de assistência por gabinetes de atendimento e tratamento clínico do Sistema Nacional de Saúde (SNS).

## PS DE SANTA MARIA DA FEIRA ESCOLHE CANDIDATO À CÂMARA MUNICIPAL

ALCIDES Branco será o próximo candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira nas eleições autárquicas de 2009.

A pouco menos de um ano da consulta eleitoral para as autarquias locais, a Comissão Política Concelhia do PS de Santa Maria da Feira elegeu no passado mês de Setembro o camarada Alcides Branco para candidato à liderança da autarquia daquele município do centro do país, tendo obtido 89,1% dos votos expressos, numa sessão em que compareceram à votação 92% dos militantes do universo eleitoral.

A larga participação por parte dos militantes veio dar, aliás, a esta iniciativa contornos de grande representatividade e relevância, não só porque veio reforçar e aumentar a legitimidade da eleição do camarada Alcides Branco, como também porque demonstrou o empenho e a militância de todos os socialistas feirenses.

O agora indigitado candidato socialista à presidência da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, é empresário do sector alimentar, desempenhando actualmente também as funções de presidente da Comissão Política Concelhia de Santa Maria da Feira e de vice-presidente da Comissão Política Distrital de Aveiro do Partido Socialista.

Foi mandatário concelhio de Jorge Sampaio nas presidenciais de 1996 e de Mário Soares em 2005.

A escolha do candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira para as eleições autárquicas do próximo ano, mostra, pelo largo consenso obtido, um sinal inequívoco da união dos militantes em torno de Alcides Branco, figura que reúne um assinalável prestígio, quer do ponto de vista político, quer em termos pessoais, dando assim garantias de uma caminhada segura para a vitória nas autárquicas de 2009. R.S.A.





## PS DE VILA REAL DENUNCIA USO INDEVIDO DE VIATURA DO MUNICÍPIO

O PRESIDENTE da Federação de Vila Real, camarada Rui Santos, apresentou no passado dia 18 de Novembro uma queixa-crime ao procurador da República contra o presidente da câmara local pelo uso "indevido" do carro do município numa iniciativa partidária do PSD.

Segundo denunciou o presidente do PS de Vila Real, o autarca Manuel Martins assumiu "com clareza" que aproveitou o domingo para visitar obras e que passou "conscientemente" por um magusto do PSD que estava a decorrer na Campeã.

Assim, Rui Santos não hesitou de condenar a ocorrência, que descreveu, em recente conferência de Imprensa, como um caso de "uso indevido" dos meios da autarquia por parte do edil laranja.

"O PSD organizou um magusto na freguesia da Campeã e o senhor presidente da Câmara foi a esse magusto com o carro e o motorista da autarquia", frisou o dirigente socialista, para quem a situação "é absolutamente extraordinária", até porque, sublinhou, "também o vereador do Ambiente levou o carro do município a esta mesma festa".

Face a isto, o PS de Vila Real decidiu apresentar uma queixa-crime no Tribunal Judicial correspondente e, segundo Rui Santos, esta situação poderá "consustanciar a prática de um crime de peculato de uso, previsto e punido pelo artigo 376º do Código Penal".

"Não sabemos se este procedimento é legal, pensamos que é um caso de polícia que o procurador agora vai averiguar, mas sabemos que é imoral e eticamente condenável", declarou.

O camarada Rui Santos enfatizou ainda que "esta não é uma situação de menor gravidade em que o presidente da câmara se pode resguardar e dizer que é política barata".

E denunciou de seguida uma "situação caricata" relacionada com dois concursos abertos pela Câmara Municipal de Vila Real para os cargos de chefes de divisão de Gestão Financeira e do Planeamento, que tinham como requisitos formais de provimento, no primeiro caso, unicamente a licenciatura em Economia e, no segundo caso, a licenciatura em Engenharia Zootécnica, tendo sido este último posteriormente rectificado e alargado para a licenciatura de Arquitectura.

"A autarquia abriu concursos direccionados a determinadas licenciaturas, parecendo que os concursos foram feitos à medida de alguém", finalizou o dirigente socialista. **M.R.**

## Santarém debate defesa da floresta

OS SOCIALISTAS do distrito de Santarém organizaram no dia 14 de Novembro, nas instalações da Junta de Freguesia da Glória do Ribatejo, uma conferência/debate sobre fogos florestais e a importância da floresta no contexto da economia local e nacional.

Foram oradores José Alho, director regional da autoridade florestal nacional, que abordou o tema prevenção estrutural, o major Nunes, da GNR, que falou sobre a detecção, vigilância e fiscalização e o comandante Chambel, da autoridade nacional de protecção civil, que abordou a temática do combate ao fogo florestal.

A moderação desta conferência/debate esteve a cargo do deputado do PS eleito pelo ciclo eleitoral de Santarém, Nelson Baltasar. No encerramento usa-

ram da palavra João Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo, e Nuno Antão, eleito deputado na Assembleia da República por Santarém e vereador da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos.

Como sublinhou o deputado Nuno Antão, o sector florestal, pelo desempenho que já conseguiu alcançar, apresenta-se como uma base sólida para o futuro desenvolvimento e uma alternativa promissora para manter e aumentar a competitividade do país e criar empregos produtivos.

A produção económica anual da fileira florestal, lembrou, está avaliada em mais de três mil milhões de euros e gera aproximadamente 130 mil empregos.

Recorde-se que este valor acrescentado trazido pela floresta é o resultado de nos últimos anos se ter alterado o paradigma da defe-



sa da nossa floresta sobretudo no que respeita à luta contra incêndios, desenvolvendo objectivos sólidos e concretos, nomeadamente elevando os padrões de ordenação e aumentando a disponibilização de meios financeiros, cenário que veio permitir índices mais elevados de estabilização e de defesa da área florestal.

Os bons resultados dos dois últimos anos não podem levar a pensar, acrescentou o deputado Nuno Antão, que está tudo bem. Em sua opinião, muito há ainda a fazer, mas a análise de onde viemos e para onde vamos, permite agora "diagnosticar, melhorar e avançar" numa base mais sólida e sustentada. **R.S.A.**

## Socialistas de Marco de Canaveses preocupado com incidentes em concurso para recolha de lixo

OS SOCIALISTAS de Marco de Canaveses exigem que o Executivo camarário local de maioria PSD dê explicações públicas sobre o processo de concessão da recolha e transporte de resíduos sólidos no município por considerarem que esse longo percurso iniciado em 2006 está cheio de equívocos e culminou num quadro de incidentes e reclamações, com a adjudicação da proposta mais cara.

Em comunicado de 17 de Novembro, a Comissão Política Concelhia do PS de Marco de Canaveses manifesta estranheza e perplexidade pela incompreensível decisão.



"Como entender que a maioria PSD tenha onerado a autarquia em mais de 1 milhão e 600 mil euros, quando repetida e sistema-

ticamente justifica a sua inacção com a falta de dinheiro?", questionam os socialistas, considerando importante compreender também

as razões que levaram a Câmara a recorrer a um relatório externo para a tomada da sua decisão, "subalternizando publicamente os seus próprios serviços técnicos".

Assim, o PS de Marco de Canaveses quer "uma resposta cabal para a questão de saber se a maioria PSD ainda mantém confiança nos seus serviços técnicos, nomeadamente para emitir pareceres e relatórios".

Os socialistas advertem ainda, no mesmo comunicado, que a manutenção do actual ambiente de desconfiança na autarquia só a fragiliza perante os cidadãos em geral e os munícipes em particular. **M.R.**

## Jornadas sobre associativismo jovem em Oliveira de Azeméis

A COMISSÃO Política Concelhia do Partido Socialista de Oliveira de Azeméis realizou no passado dia 22 de Novembro, na freguesia de Travanca, umas Jornadas dedicadas à problemática da juventude e ao associativismo.

Para se ter chegado até à realização deste iniciativa, que reuniu largas centenas de participantes, a Concelhia socialista de Oliveira de Azeméis organizou desde o passado Verão um conjunto de acções e de visitas a diversas associações locais reunindo e debatendo distintos temas, levando a cabo reuniões com associações e colectividades do concelho.

Numa primeira análise, estes



encontros vieram demonstrar a vitalidade e o dinamismo com que o Partido Socialista trabalha

e se interliga com as populações desta região.

Mas por outro lado, como

sublinha o PS de Oliveira de Azeméis, estas reuniões permitiram também avaliar e partilhar com os principais intervenientes e impulsionadores de anos de dedicação ao associativismo e avaliar as suas expectativas e experiências face à actual realidade e aos seus futuros projectos.

Deste diálogo resultou um conjunto de reflexões que foram apresentadas e largamente debatidas no encerramento das jornadas dedicadas à juventude e ao associativismo, que contaram com a presença do secretário-geral da Juventude Socialista, Duarte Cordeiro e da deputada Helena Terra. **R.S.A.**

# PS e Governo repudiam declarações antidemocráticas de Ferreira Leite

**O PS e o Governo condenaram veementemente as declarações “antidemocráticas” da líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, que afirmou se não seria bom haver seis meses sem democracia para pôr tudo na ordem no país, no final de um almoço promovido pela Câmara de Comércio Luso-Americana.**

EM REACÇÃO a estas declarações, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Alberto Martins, manifestou o “repúdio veemente” dos socialistas, considerando que as palavras de Manuela Ferreira Leite “são antidemocráticas, reveladoras de uma cultura autoritária e de ausência de cultura cívica”.

Numa declaração no Parlamento, Alberto Martins defendeu que “a democracia não pode ter intervalos de seis meses. O contrário da democracia é a ditadura e só quem não sabe o que foi a ditadura pode admitir intervalos lúcidos para a democracia”.

O líder da bancada socialista lembrou que estas declarações

“inaceitáveis” da líder do PSD surgem na sequência episódios anteriores “que têm já um traço muito significativo”, como “o silêncio” sobre a suspensão do deputado na Madeira, as anteriores afirmações “xenófobas” sobre os imigrantes ucranianos e cabo-verdianos, a “insensibilidade social” com o aumento do salário mínimo e o “silêncio cúmplice” com o Banco Português de Negócios.

Questionado sobre se as declarações poderiam conter ironia, Alberto Martins considerou que há assuntos em que esse exercício não é possível. “Não há ironia quando se apela a uma ideia de interrupção da democracia. A democracia cus-



tou muito a construir aos portugueses, é uma ética e uma técnica, uma forma de Governo e um conjunto de valores e um dos valores essenciais é o da liberdade”.

Já o ministro dos Assuntos

Parlamentares, Augusto Santos Silva, afirmou que o “mínimo que se pode dizer é que existem fundadas dúvidas sobre o que a dra. Ferreira Leite pensa e sente acerca da democracia”.

Por isso, pediu explicações à líder do PSD: “Porque não pode haver nenhuma espécie de dúvida sobre as nossa convicções, exorto a dra. Manuela Ferreira Leite a esclarecer o que quis dizer”.

## Executivo vai avançar com o 5º canal generalista de televisão

APESAR da crise económica internacional e dos seus reflexos na economia real, nomeadamente ao nível do menor vigor das empresas, o Governo, através do ministro dos Assuntos Parlamentares, declarou que o processo de atribuição do quinto canal generalista de televisão não será suspenso.

Para Santos Silva, que reagiu à sugestão do CDS/PP que pedia a interrupção do processo de criação do quinto canal generalista atendendo à escassez de financiamento publicitário, o Governo não pode impedir que a televisão pague “vá conquistando quota de mercado publicitário”, assim como também não faz sentido “seria mesmo inconstitucional” que perante um quadro de crise económica “viésse impedir a criação de novos semanários com o argumento que isso poderia prejudicar as receitas dos semanários já existentes”.

O Governo, acentuou o ministro Santos Silva, defende uma lógica “totalmente contrária ao do condicionamento industrial”, modelo económico que, recorde-se, vigorou em Portugal durante os



perto de 50 anos em que durou o Estado Novo e que mais não era do que uma lei que visou eliminar a concorrência interna das empresas já existentes, ao mesmo tempo que favorecia a existência de monopólios com toda a carga negativa daí resultante, como a baixa qualidade tecnológica e uma acentuada má qualidade dos produtos.

Recordando o processo de constituição da televisão digital terrestre, processo a que mais tarde se veio juntar o anúncio da criação do quin-

to canal, o titular da pasta dos Assuntos Parlamentares lembrou que o Governo foi na altura sensível aos interesses manifestados pelos operadores durante o período de consulta pública, algo que na sua perspectiva não impediu que tivesse descurado os pontos de vista manifestados pelos novos interessados, que entendiam, como recordou, “que o novo espectro não lhes poderia ser vedado”.

Quanto ao argumento invocado pelo CDS/PP, no sentido de adiar todo este

processo em virtude de uma eventual escassez de receitas publicitárias, Santos Silva manifestou uma opinião completamente oposta, referindo que esta falta de receitas “joga a favor da criação do quinto canal generalista”, frisando que se é verdade que a televisão tem actualmente a parte de leão das receitas publicitárias, “não vejo que decisão política possa impedir que grupos económicos com uma forte presença na imprensa e na rádio, possam amanhã vir a ter acesso à televisão”.

Ainda a propósito da modernização e actualização das leis que regulam os meios de comunicação social o Governo, garantiu o ministro, tenciona entregar na Assembleia da República uma proposta de revisão da Lei da Rádio que data de 2001, até ao final do primeiro trimestre do próximo ano, garantia que foi dada durante o debate da especialidade do Orçamento de Estado para 2009, frisando Santos Silva que a redacção da nova legislação “estará concluída muito em breve” de modo a poder ser publicamente consultada e discutida. **R.S.A.**

## 2ª EDIÇÃO DA REVISTA “OPS” ESTÁ JÁ ONLINE

ACABA de ser lançado o segundo número da revista online “ops”, inspirada pelo deputado socialista e vice-presidente da Assembleia da República, Manuel Alegre.

A apresentação pública desta edição, que ocupa a maior parte do seu espaço com a questão educativa do ensino básico ao secundário, decorreu no passado dia 11 de Novembro, no Hotel Altis, em Lisboa, e contou com a presença, para além de Manuel Alegre, de António Nóvoa, Rosário Gama, Paulo Guinote e Nuno David, alguns dos elementos fundadores desta iniciativa.

A “ops” é uma revista da corrente de opinião socialista e de livre acesso ao público, tendo por missão, como se refere na nota de apresentação, promover a informação, o debate aberto e a proposta de políticas socialistas e de esquerda, no quadro nacional, internacional e dos desafios das sociedades globais.

De periodicidade bimestral, a “ops” sairá ao público seis vezes por ano, e estará disponível em formato HTML na sua edição integral.

No editorial deste número, Manuel Alegre, saúda a eleição pelos norte-americanos de Barack Obama, sublinhando que esta escolha constitui a “reafirmação da vitalidade da democracia americana” criando, por isso, “uma grande esperança para os Estados Unidos e para o mundo”.

Voltando-se de seguida para a política interna e nomeadamente para a questão da Educação, na perspectiva do deputado, a manifestação de professores em Lisboa em protesto contra o sistema de avaliação levou a considerar que devemos ter consciência que “num país como o nosso, o que faz mudar é a formação das pessoas, a educação, a cultura, a comunicação, a produção e divulgação científica, a inovação tecnológica e social”.

Ora, como refere mais à frente no seu editorial na revista online “ops” o deputado Manuel Alegre, “tal não é viável num clima de tensão permanente entre o Ministério da Educação e os professores, nem num ambiente de incompreensão entre o MCTES e as universidades”.

Reafirmando estar a favor da prioridade estratégia do Governo em avançar com a reforma da Educação, Alegre pergunta como conciliar passar-se do “laxismo anterior a um excesso de burocracia conjugada com facilitismo?”

Termina o seu editorial reafirmando que em democracia “não existe nem é possível ter-se sempre razão” e que, por outro lado, não se pode reformar a Educação “tapando os ouvidos aos protestos e às críticas”, sendo por isso, em sua opinião, importante “saber ouvir e dialogar”. **R.S.A.**

# Defesa

## Reforma das FA deve ser consensual

**A reforma e reestruturação das Forças Armadas (FA) tem um carácter “verdadeiramente de Estado”, sublinhou o primeiro-ministro, José Sócrates, considerando que, por isso, deverá merecer um consenso político alargado.**

FALANDO no dia 18, na abertura do ano lectivo do Instituto Superior de Estudos Militares, perante uma plateia de chefias militares, o primeiro-ministro salientou que “a reforma não é expressão de algo unilateralmente pensado e muito menos imposto pelo Governo, resulta antes de um projecto partilhado e integralmente assumido pelas Forças Armadas”.

Referindo que a prioridade do Governo é a conclusão do processo de reestruturação e reforma das Forças Armadas, Sócrates sublinhou que o rumo e sentido da reforma “estão definidos e serão prosseguidos com determinação”.

Trata-se, adiantou, “de um processo que o Governo concluirá muito em breve e que tem três grandes objectivos: reforço da capacidade de direcção política e estratégica do Ministério da Defesa; reforço da capacidade operacional de resposta das Forças Armadas; e racionalização das estruturas para obter ganhos de eficiência e de eficácia”.

O chefe do Governo disse ainda que o país “está perante uma refor-

ma abrangente e complexa, já que implica a alteração de todo o edifício legislativo da Defesa Nacional e das Forças Armadas, incluindo a Lei de Defesa Nacional, a Lei Orgânica de Bases e Funcionamento das Forças Armadas e as diversas leis orgânicas”.

Pelo seu alcance, frisou, “é uma verdadeira reforma de Estado, que como reforma do Estado deve assentar num consenso político alargado, mas que o Governo assume integralmente no plano do respectivo impulso, iniciativa e definição estratégica”.

José Sócrates acrescentou ainda que a prioridade que o Governo dá a esta reforma “está bem patente no reforço do investimento previsto” para o próximo ano na Defesa Nacional.

“Num momento em que Portugal atravessa dificuldades resultantes da necessidade de consolidação das contas públicas e da actual conjuntura internacional, este esforço financeiro é bem o sinal do reconhecimento do elevado estatuto que o Governo e a



comunidade atribuem às Forças Armadas”, disse.

Segundo referiu o chefe do Governo, a proposta de Orçamento do Estado para 2009, já aprovada na generalidade na Assembleia da República, “consagra um aumento de 1,2 para 1,3% do Produto Interno Bruto afecto à Defesa Nacional”.

Trata-se, sublinhou, “de um acréscimo que não se verificava há

vários anos e que representa um esforço muito considerável da comunidade nacional para reforçar a segurança e a defesa de Portugal”.

Ainda de acordo com o primeiro-ministro, este aumento registado no Orçamento para 2009 “é um primeiro passo para a convergência gradual dos investimentos na defesa, tendo como referência a meia do esforço dos países aliados e os parceiros europeus”.

Esta convergência, explicou, “desenvolver-se-á gradualmente nas mais diversas. Temos hoje militares mais qualificados e com vocação para assumirem mais competências. Temos Forças Armadas mais bem equipadas e tecnologicamente mais avançadas. E caminhamos para dispor de um conjunto de melhores infra-estruturas e mais bem adaptadas às novas necessidades”.

## INVESTIMENTO PÚBLICO É ESSENCIAL PARA FAZER FACE À CRISE

REFORÇAR o investimento público é uma medida de emergência imperativa para enfrentar a crise financeira internacional e proteger o país dos seus efeitos, defendeu o primeiro-ministro, José Sócrates, em Viana do Castelo, onde também destacou as energias renováveis como uma das principais apostas do Governo.

“Esta é uma daquelas crises que apenas se vive uma vez na vida”, afirmou José Sócrates ao falar na cerimónia de inauguração de três fábricas e um centro administrativo e de formação do cluster eólico que a empresa alemã Enercon está a instalar no concelho de Viana do Castelo.

Depois de salientar que o impacto sem precedentes da actual crise financeira global obriga a medidas de emergência, Sócrates assegurou que o investimento nas energias renováveis vai continuar, quer com o reforço da energia eólica quer com a construção de barragens, para aproveitar o potencial hídrico do país.

“Esta aposta na energia é absolutamente essencial para o futuro do país”, vincou.

Refira-se que o cluster eólico vai significar um investimento de



200 milhões de euros e será ainda responsável pela criação de 10 mil novos postos de trabalho directos e indirectos.

Em Viana, o primeiro-ministro manifestou ainda o seu orgulho por, em apenas três anos, ter nascido no nosso país “um dos mais modernos e competitivo clusters industriais” no campo das energias renováveis, destacando a sua importância para a diminuição da dependência do petróleo.

“A partir de agora, Portugal tem uma estratégia no campo da energia”, afirmou, para destacar a combinação eólico/hídrico como o motor do desenvolvimento do país nos próximos anos.

## Taxa de desemprego mantém-se estável

A QUEDA de 0,2 pontos da taxa de desemprego no terceiro trimestre deste ano revela, quando comparada ao mesmo período de 2007, uma certa estabilidade, segundo considerou o porta-voz do PS, Vitalino Canas, ao comentar, no passado dia 18 de Novembro, os dados entretanto divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística.

Refira-se que, de acordo com o INE, a taxa de desemprego em no nosso país caiu 0,2 pontos no terceiro trimestre de 2008, face a igual período do ano passado, fixando-se agora nos 7,7%.

Conforme os números avançados pelo Instituto Nacional de Estatísticas, a população desempregada foi estimada em 433,7 mil indivíduos, o que corresponde a um decréscimo de 2,4% face ao terceiro trimestre de 2007 (período homólogo).

Assim, o dirigente socialista descreveu os números agora avançados como “uma notícia interessante”, acrescentando que, apesar do agravamento registado em relação ao segundo trimestre, eles apontam para uma certa estabilidade.

“Tal como aconteceu com o ín-



dice de crescimento, estes números da taxa de desemprego revelam uma certa estabilidade”, reforçou, considerando que estes dados evidenciam que, “por enquanto, Portugal está a resistir razoavelmente à crise”.

### ... E economia portuguesa cresce acima da UE

Entretanto, estimativas rápidas do INE e do Eurostat revelam que no terceiro trimestre de 2008 a economia portuguesa cresceu 0,7% em termos homólogos e 0,0% em

termos trimestrais, mas acima da Zona Euro e da União Europeia a 27, pois ambas apresentaram crescimentos negativos de 0,2%.

De salientar também que Portugal cresceu acima da projecção de Outono da Comissão Europeia (CE), uma vez que esta instituição previa um crescimento negativo para o nosso país.

Refira-se ainda que, com base nas actuais projecções, a CE prevê para este ano um crescimento da economia portuguesa superior ao inicialmente estimado, na ordem dos 0,5%.



# Sócrates garante computadores para todas as crianças do básico

No final do primeiro trimestre de 2009, “Portugal será o único país do mundo em que todas as crianças dos primeiros quatro anos de escolaridade terão disponível um computador”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, no final da longa visita que efectuou na companhia de vários membros do Governo e de representantes do sector empresarial à exposição “Portugal Tecnológico 2008”, na FIL, em Lisboa.

NA VISITA à feira, que juntou mais de uma centena de empresas tecnológicas e 150 entidades com projectos inovadores que estão a criar valor acrescentado na economia nacional, José Sócrates esteve acompanhado pelos ministros da Economia, Manuel Pinho, das Obras Públicas, Mário Lino, do Ambiente, Nunes Correia, e da Saúde, Ana Jorge, pelos secretários de Estado Ana Paula Vitorino, Paulo Campos, Castro Guerra e Tiago Silveira, assim como pelo coordenador do Plano Tecnológico, Carlos Zorrinho.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro sustentou que Portugal é um país pioneiro no desenvolvimento do projecto de ligar o uso de tecnologia ao processo educativo.

Segundo referiu, “todas as semanas estão a ser distribuídos cerca de 20 mil computadores” a jovens, tendo já sido entregues cerca de

400 mil até ao momento.

Sócrates adiantou ainda que o Governo vai reunir com operadores de telecomunicações para que no próximo ano se concretize um elevado investimento nas redes de nova geração.

“Portugal precisa das redes de nova geração urgentemente. Isto significa a possibilidade de darmos condições a todos os portugueses para terem Internet com 100 megabytes”, frisou.

Por outro lado, o primeiro-ministro defendeu que houve uma relação directa entre a decisão do Governo de dar garantias de 20 mil milhões de euros ao sector bancário e a descida das taxas de juro.

Esta decisão do Governo, sublinhou, “permite agora que os portugueses paguem menos pelos seus empréstimos à habitação, mas permite também que as empresas tenham acesso ao crédito”.



E reafirmou a necessidade de haver investimento público num momento em que a conjuntura internacional é difícil.

“Para muitas empresas, o investimento público é determinante para terem acesso ao mercado e para manterem a sua actividade, disse, aproveitando para elogiar os

empresários que “assumem o risco” e decidem investir.

“Esta cultura de empreendedorismo, dos que querem correr riscos e querem construir, tem de passar a existir. A sociedade portuguesa tem de valorizar quem arrisca e cria empresas”, declarou.

Segundo o primeiro-ministro, os

dados disponíveis revelam que, até Agosto deste ano, a balança tecnológica nacional é positiva. Ou seja, explicou, Portugal estará a exportar mais tecnologia do que a importar.

E destacou ainda que em 2007 as exportações nacionais de serviços ultrapassaram em valor as exportações do sector têxtil.

## Plano Tecnológico apresenta dados e números positivos

O PLANO Tecnológico constitui um dos conjuntos inovadores que, aportado nos últimos três anos, trouxe grande valor acrescentado à economia portuguesa.

Uma das consequências imediatas que resultam da aposta que o Governo socialista fez nas novas tecnologias, traduz-se no facto de, pela primeira vez na sua história, a balança comercial tecnológica apresentar hoje números francamente favoráveis a Portugal, ao contrário do que sucedia até então.

Perante esta realidade, Carlos Zorrinho, coordenador do Plano Tecnológico, analisou as conclusões saídas do 7º Conselho Consultivo, tendo apresentado e comentado algumas das medidas e iniciativas já em execução no âmbito deste programa ressaltando os resultados entretanto já atingidos.

Zorrinho lembrou a este propósito que no âmbito do Plano Tecnológico estão de momento a ser cumpridas 163 medidas, todas elas visando, como referiu, tornar a economia portuguesa mais competitiva, nomeadamente ajudando a criar condições para uma mais acentuada modernização do tecido económico nacional, mas igualmente desenvolvendo uma conjuntura que proporcione uma maior e mais adequada consistência das empresas, designadamente com a criação e aprovação de medidas que perspectivem dotar os trabalhadores com graus mais elevados



ao nível das qualificações, como sucede com a iniciativa das Novas Oportunidades.

Qualificar, produzir mais e melhor e maior cooperação é pois a estratégia definida por este plano.

O êxito do Plano Tecnológico atingiu já proporções de tamanha dimensão, que hoje desempenha um papel determinante, quer na vida do cidadão comum, quer no quo-

tidiano das empresas, tornando muito difícil, quando não mesmo impossível, à grande maioria dos profissionais exercer a sua actividade sem o recurso às novas tecnologias.

Sobretudo aquelas ligadas às TIC, tecnologias de informação e comunicação, que vieram acrescentar um factor determinante na modernização das empresas e na própria Administração Pública.

De entre as muitas actividades que se poderão referir no âmbito

deste programa, um dos destaques será sem dúvida, referente à iniciativa “Empresa na Hora”, que, segundo dados e números adiantados por Carlos Zorrinho, registou um crescimento significativo no último exercício, tendo passado de 40.500, no ano passado, para 60.900 empresas em 2008.

A par deste salto e desta evidente melhoria trazida pela “Empresa na Hora”, registou-se

igualmente um aumento do número de invenções e de pedidos de registo de marcas e patentes, cenário a que se veio juntar uma maior e mais adequada qualificação dos recursos humanos, com as estatísticas a indicar que pela primeira vez desde 2005, houve uma maior taxa de retenção e de desistência, quer no ensino básico, quer no ensino secundário público.

Os números expressam ainda, como acentuou Carlos Zorrinho, que os inscritos no programa Novas Oportunidades subiram mais de 70%, para cerca de 500 mil e que o ensino superior público, nomeadamente, recebeu mais perto de 114 mil novos alunos.

Entre os inúmeros benefícios que o Plano Tecnológico trouxe à vida do país e à sua economia, refira-se como exemplo bem elucidativo, que a Internet de banda larga, por exemplo, é hoje utilizada por mais de 40% das famílias portuguesas e cerca de 70% dos cidadãos nacionais, entre os 15 e os 75 anos de idade utilizam a Internet de forma regular.

Também não menos determinante para o futuro de Portugal é o facto de, pela primeira vez, no que se refere às infra-estruturas de ciência e tecnologia, o Orçamento de Estado canalizar 1% do Produto Interno Bruto (PIB) para Investigação e Desenvolvimento (I&D). R.S.A.

# “Novo Código do Trabalho das garantias do

A segurança dos trabalhadores portugueses sempre estará na primeira linha das preocupações e das prioridades do Partido Socialista. Esta é uma convicção ratificada pelo deputado Jorge Strecht numa entrevista onde elenca e explica as principais alterações introduzidas no universo laboral pelo novo Código do Trabalho, bem como as modificações feitas pela bancada parlamentar do PS à proposta do Governo.

Ao “Acção Socialista” Jorge Strecht garante que o documento corresponde ao compromisso assumido pelo partido no programa eleitoral, reforça o direito dos trabalhadores, promove a igualdade e a justiça social e combate a precariedade como nunca se combateu, constituindo por isso motivo de orgulho para todos os socialistas.

A nova legislação beneficia ainda os trabalhadores na justa medida em que compatibiliza, refere o vice-presidente da bancada socialista na Assembleia da República, a segurança no emprego com os objectivos de competitividade e de criação de mais e melhor emprego.

**Qual a razão da necessidade de um novo Código do Trabalho?**

A revisão do Código do Trabalho aprovada pela Assembleia da República corresponde ao cumprimento de um compromisso assumido pelo Partido Socialista no seu programa eleitoral e visa adequar o nosso sistema de relações laborais aos desafios que se colocam ao país, às empresas e aos trabalhadores portugueses.

Todos temos consciência de que reformar os sistemas de regulação dos mercados de trabalho não é uma tarefa fácil, mas este era um objectivo central assumido pelos socialistas para a melhoria da competitividade da nossa economia, para uma maior equidade social e para gerar condições adequadas à criação de mais e melhor emprego.

A reforma laboral agora operada deve-se, em primeiro lugar, ao Partido Socialista, mas deve-se, também, em larga medida, aos parceiros sociais que, numa matéria central para o progresso e para o desenvolvimento económico e social do nosso país, souberam estar à altura das suas responsabilidades.

Os trabalhos realizados pela Comissão do Livro Branco das Relações Laborais e o subsequente Acordo de Concertação Social celebrado entre o Governo e os parceiros sociais, que estiveram na base desta reforma da legislação laboral, confere-lhe um valor inestimável do ponto de vista da sua adequação e dá-nos a certeza de que as opções tomadas contribuirão seguramente para atingir os objectivos pretendidas.

**Quais as modificações mais relevantes introduzidas pelos deputados socialistas na discussão na especialidade do Código do Trabalho?**

Os deputados socialistas, embora tenham assumido, desde o início e sem reservas, a proposta de lei apresentada pelo Governo, considerando-a equilibrada, justa e adequada aos objectivos que visava atingir, procuraram, no quadro da discussão de especialidade, melhorar diversos aspectos do Código do Trabalho (CT), introduzindo benfeitorias que são hoje reconhecidas pela generalidade dos parceiros sociais e dos cidadãos. São disso exemplo as melhorias incluídas no regime da parentalidade, do trabalhador-estudante ou, mesmo, no regime da adaptabilidade ou do direito colectivo.

**O novo Código vai introduzir alterações no mundo trabalho. Quais as que destacaria como fundamentais?**

O novo CT vai, de facto, introduzir alterações significativas no mundo do trabalho, destacando-se, pela sua importância, as opções legislativas adoptadas no sentido do combate à precariedade e à segmentação dos mercados de trabalho; do aumento da adaptabilidade das empresas e da possibilidade dos trabalhadores conciliarem a vida profissional com a vida familiar e pessoal; da promoção e desenvolvimento da negociação colectiva e do reforço da efectividade da lei e das normas contratuais.

Foto: Ricardo Oliveira



**Os horários concentrados e os bancos de horas são uma novidade. O que são estas novas figuras e como é vão ocorrer na prática?**

Os horários concentrados e os bancos de horas são novas modalidades de organização do tempo de trabalho pensadas para melhorar a adaptabilidade das empresas e a sua competitividade num mercado cada vez mais globalizado e, naturalmente, para facilitar a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional. Os horários concentrados, que podem resultar de um acordo entre o trabalhador e o empregador ou de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, permitem um aumento até 4 horas do período normal de trabalho diário, para concentrar o trabalho semanal (40 horas) no máximo em 4 dias. Já o banco de horas, cuja concretização só pode resultar de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, vem permitir o aumento do período normal de trabalho até um máximo de 4 horas diárias e 60 horas semanais, com o limite de 200 horas por ano, sendo o trabalho prestado em acréscimo compensado mediante redução equivalente do tempo de trabalho, pagamento em dinheiro ou ambas as modalidades.

**Outra novidade são os contratos sazonais. Este novo tipo contratual não releva para uma certa precarização?**

Importa lembrar que os contratos de trabalho a termo resolutivo já se aplicavam às actividades de natureza sazonal não se introduzindo, aí, alterações. A novidade neste CT consiste na consagração de um novo tipo de contrato de trabalho denominado “contrato de trabalho de muito curta duração”, que visa titular relações de trabalho em actividade sazonal agrícola ou para a realização de evento turístico de duração não superior a uma semana. De salientar que este contrato não está sujeito a forma escrita, sendo apenas necessário que a sua celebração seja comunicada à Segurança Social, mediante formulário electrónico próprio, e que a sua duração total, com o mesmo empregador, não exceda 60 dias em cada ano civil. Na prática, o que se pretendeu foi garantir aos trabalhadores abrangidos por este tipo de situação a protecção social a que têm direito.

**O regime de faltas também é alterado. Como é que este se substancia e em que medida beneficia ou prejudica o trabalhador?**

O regime jurídico das faltas ao trabalho sofreu alterações muito positivas, umas incluídas originariamente na proposta de lei do Governo, outras pela mão dos deputados socialistas. Destaco, por exemplo, a inclusão no elenco das faltas justificadas a motivada

pelo recurso a técnica de procriação medicamente assistida, ou a precisão de que a falta motivada por deslocação a estabelecimento de ensino para acompanhamento da situação de menor, até quatro horas por trimestre, é por cada menor. Mas poderei referir ainda o aumento do número de faltas para assistência a filhos, a possibilidade dos avós poderem faltar, em substituição dos progenitores, para prestar assistência inadiável e imprescindível a netos, bem como a consagração do direito a faltar ao trabalho até 15 dias por ano para assistência inadiável e imprescindível a cônjuge ou equiparado que seja pessoa com deficiência ou doença crónica e a dispensa para avaliação para adopção.

**A legislação agora aprovada prevê que a vítima de violência doméstica tenha o direito a ser transferida para outro estabelecimento da empresa. Porque é que esta matéria de carácter penal ficou consignada no Código do Trabalho?**

O combate à violência doméstica e a criação de condições susceptíveis de atenuar os seus efeitos constituem uma responsabilidade de todos, e nomeadamente do legislador. Depois de se actuar ao nível penal, sancionando tais práticas, importa também, noutros domínios, criar condições de reforço dos direitos

# assenta no efectivo reforço s trabalhadores”



e cumpriu essa promessa. Neste contexto, o que se fez foi, com integral respeito pelo princípio constitucional da proibição do despedimento sem justa causa, simplificar os procedimentos e reforçar as garantias do trabalhador no plano judicial. Assim, procedeu-se a uma simplificação do processo disciplinar e obriga-se o tribunal, a pedido do trabalhador, a ter de se pronunciar acerca dos fundamentos invocados para o despedimento ou, dito de outro modo, consagra-se a obrigatoriedade de ser o empregador a provar a licitude do despedimento.

## Como é que se passa a processar o despedimento colectivo?

O despedimento colectivo não sofreu alterações significativas, seguindo a mesma linha de simplificação procedimental, sem se pôr em causa as garantias das partes. No entanto, consagrou-se expressamente a possibilidade de o trabalhador poder afastar a presunção de aceitação do despedimento quando tenha recebido a respectiva indemnização, desde que a coloque à disposição do empregador.

## No que respeita ao despedimento no período experimental, também há novas regras. Quais são elas?

Procedeu-se ao alargamento da duração do período experimental nos contratos de trabalho por tempo indeterminado, para 180 dias, para a generalidade dos trabalhadores, período esse que se considera mais razoável e adequado aos fins a que se destina, isto é, para que as partes possam efectivamente apreciar do interesse na manutenção do contrato de trabalho. Ao longo do tempo vinha a constatar-se que, salvo raras excepções, os trabalhadores só eram admitidos por contrato de trabalho por tempo indeterminado após terem prestado a sua actividade durante largos períodos de tempo, ao abrigo de sucessivos e duvidosos contratos a termo, o que demonstrava a inadequação da duração do período experimental. Com esta alteração legislativa, espera-se, assim, uma maior dinâmica na celebração de contratos de trabalho por tempo indeterminado, o que implica necessariamente uma melhoria ao nível da segurança no emprego. Em todo caso, tal como foi expressamente assumido pelo Partido Socialista, estaremos atentos à aplicação deste normativo por forma a, se necessário, intervir legislativamente no caso de se verificar a sua utilização de forma abusiva pelos empregadores, nomeadamente se for usada para substituir contratos a termo,

desobrigando-se o empregador da compensação por caducidade.

Por outro lado, nas situações em que o período experimental tenha durado mais de 120 dias, consagrou-se a necessidade de observância de um aviso prévio de 15 dias, por parte do empregador, para efeitos de denúncia do contrato.

## Mas, no caso das microempresas, o regime já é diferente. Que diferenças são essas?

No caso das microempresas, que na acepção do CT são empresas que empregam menos de dez trabalhadores, não existem diferenças no que concerne ao período experimental, contudo, continuou-se a consagrar, nos diversos regimes

a filho, da possibilidade de substituição dos avós nesse acompanhamento, da possibilidade de licença especial para acompanhamento de filho com doença crónica ou deficiente sem limite de idade ou do aumento em 15 dias das faltas para assistência imprescindível e inadiável a cônjuge com deficiência ou doença crónica. Poderia ainda apontar outras medidas de enorme relevo no campo do apoio à família, como é o caso da dispensa para processo de adopção ou para acompanhamento no âmbito da procriação medicamente assistida.

O novo regime de protecção da parentalidade promove, de facto, a conciliação entre a vida profissional e familiar e a igualdade de

**A formação profissional passa a ser uma obrigação dos empregadores para com os trabalhadores. Qual é o alcance desta estratégia?**

A formação profissional sempre foi entendida pelo Partido Socialista como um dos mais importantes instrumentos ao serviço da melhoria da competitividade do país, das empresas e dos trabalhadores. Neste contexto, naturalmente que a formação profissional enquanto direito dos trabalhadores assume, neste CT, um papel de relevo que os socialistas quiseram valorizar.

**Têm razão de ser as críticas que os partidos à nossa esquerda fizeram ao Código, particularmente a de que acabamos com o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador?**

Os partidos ditos à nossa esquerda não têm razão nas críticas que teceram ao Partido Socialista a propósito do CT, em geral, e a propósito do princípio do tratamento mais favorável, em particular. Com efeito, este é um CT que assenta numa visão moderna do sistema de relações laborais e que concilia a segurança dos trabalhadores com os desafios da competitividade que se colocam às empresas e ao país. Ficar agarrado ao passado, como têm feito os partidos à nossa esquerda, não serve os interesses de ninguém e em especial dos trabalhadores portugueses. De resto, basta ler o CT para se concluir que o princípio do tratamento mais favorável sai manifestamente reforçado, designadamente através do aumento do núcleo duro de matérias só alteráveis por instrumento de regulamentação colectiva de trabalho no sentido mais favorável aos trabalhadores.

**Em que medida esta nova legislação incorpora os tão debatidos princípios da flexibilidade e da segurança?**

Sempre o dissemos e reafirmo-o aqui: para o PS em primeiro lugar virá sempre a segurança dos trabalhadores e o novo CT é prova desta nossa convicção. Com efeito, a reforma laboral levada a cabo pelo Partido Socialista assenta num efectivo reforço das garantias dos trabalhadores, nomeadamente no campo do despedimento, sem deixar de fazer os necessários avanços no que tange à adaptabilidade das empresas. Esta é, pois, uma reforma que compatibiliza a segurança no emprego com os objectivos da competitividade e da criação de mais e melhor emprego e, por isso, os grandes beneficiários serão os trabalhadores portugueses.

“A reforma laboral agora operada deve-se, em primeiro lugar, ao Partido Socialista, mas deve-se, também, em larga medida, aos parceiros sociais que, numa matéria central para o progresso e para o desenvolvimento económico e social do nosso país, souberam estar à altura das suas responsabilidades”

das vítimas de violência doméstica. Foi essa a opção dos deputados socialistas no âmbito do direito do trabalho, através da consagração de uma nova figura de transferência de local de trabalho a pedido do(a) trabalhador(a) vítima de violência doméstica.

## Porque é que se alterou o prazo da caducidade das convenções colectivas de trabalho?

O Partido Socialista sempre foi favorável ao estabelecimento de regras claras que impeçam, por via da inércia de uma das partes, a vigência ad eternum das convenções colectivas. Assim, sem prejuízo de se garantir a manutenção de um núcleo de direitos essenciais para os trabalhadores em caso de caducidade de uma convenção colectiva, criam-se condições para que as partes possam renegociar as condições de trabalho. O prazo de sobrevigência das convenções colectivas foi, pois, adaptado de modo a que as partes possam desenvolver todos os esforços tendentes a um acordo.

## Outra matéria objecto de modificações é a do despedimento. Em que condições pode, a partir de agora, o trabalhador indemnizado impugnar o despedimento?

O PS sempre defendeu que o conceito de justa causa de despedimento deveria manter-se inalterado

laborais que assim o justificam, as necessárias especificidades.

## O que é a arbitragem necessária?

A arbitragem necessária é um novo instrumento consagrado no CT que visa a dinamização da contratação colectiva e superar os vazios contratuais. Assim, a arbitragem necessária poderá ser desencadeada por uma das partes quando, após ter ocorrido a caducidade de uma convenção colectiva, não seja celebrada nova convenção colectiva nos 12 meses subsequentes e não haja outra convenção aplicável a, pelo menos, 50% dos trabalhadores da mesma empresa, grupo de empresas ou sector de actividade. Esta nova figura só pode ter lugar quando solicitada por qualquer das partes e tem de resultar de despacho fundamentado do ministro que tutela a área laboral.

## Quais as novidades em matéria de licenças de parentalidade?

Um dos grandes avanços alcançados por este CT centra-se precisamente no domínio dos direitos de parentalidade, nomeadamente através do alargamento da duração das licenças iniciais, com partilha pelos progenitores, da atribuição das mesmas licenças no caso de adopção, do reforço dos direitos do pai trabalhador, do aumento dos dias de ausência para assistência

oportunidades, permitindo nomeadamente um maior apoio à família e ao acompanhamento dos filhos, especialmente durante a primeira infância.

## Há medidas de combate aos falsos recibos verdes?

Um dos grandes objectivos inerentes à reforma laboral em curso consiste precisamente no combate ao recurso abusivo ao emprego precário, no quadro do qual assume particular relevância as relações profissionais assentes nos denominados falsos recibos verdes. O CT dificulta o acesso a esta figura, nomeadamente ao apurar o conceito da presunção de existência de contrato de trabalho. Por outro lado, importa ter presente que em breve, e na decorência do Acordo de Concertação Social, o Governo aprovará medidas, no âmbito da protecção social, que penalizarão o recurso aos recibos verdes e beneficiarão as relações de trabalho tituladas por contratos de trabalho por tempo indeterminado. Aliás, importa ter presente, considerando quer as medidas inscritas no CT quer as que serão em breve adoptadas, que estamos perante o maior combate à precariedade de que há memória na história das relações laborais no nosso país e isto é algo que deixa todos os socialistas muito orgulhosos.

OPINIÃO



**CARLOS ZORRINHO**  
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

## NATAL “MAGALHÃES”

SEGUIA um destes dias por uma rua de Lisboa quando fui abordado por uma mãe ainda jovem e com ar sofrido que me disse qualquer coisa como isto – “doutor, desculpe incomodá-lo, mas quero dizer-lhe que este ano, pela primeira vez, os meus dois filhos vão ter uma prenda de Natal como sempre desejaram. Sinto-me feliz porque arranjei alguns euros e lhes pude proporcionar o “Magalhães” e eles agora já podem aprender como os outros colegas da escola que já estudavam usando os computadores dos pais e dos irmãos. Sabe ... é que eu sou sozinha a trabalhar e não temos computador na nossa casa”.

Fiquei comovido com este singelo episódio e ainda mais sensibilizado para o risco que algum eventual erro, atraso ou menor empe-

“O potente combate à fractura digital que o “Magalhães” promove é uma alavanca de inclusão social e uma garantia de maior igualdade de oportunidades”

nho no circuito pode ter nas expectativas de muitas crianças. Mas fiquei também ainda mais convicto da importância desta medida e do seu forte sentido político.

Há muita gente que não percebeu ainda que o maior valor acrescentado da iniciativa não é a produção em Portugal de grande parte dum computador portátil (o que por si só já não seria pouco), mas sim a inovação no seu uso como uma ferramenta pedagógica com um potencial único para a disseminação do uso da informática em crianças dos seis aos 11 anos.

Outras, pelo contrário, perceberam tudo e são contra exactamente porque compreenderem o carácter progressista e reformador da iniciativa. O potente combate à fractura digital que o “Magalhães” promove é uma alavanca de inclusão social e uma garantia de maior igualdade de oportunidades. Com o seu impacto diminuirá o fosso gerado pelos diferentes ambientes de aprendizagem que rodeiam as nossas crianças.

Fernão de Magalhães fez parte da história do mundo e da história de Portugal. Com o computador que ostenta o seu nome muitas “histórias” como a que se conta neste texto estão a acontecer. “Histórias” que nos podem fazer ambicionar um futuro melhor!

# Trás-os-Montes terá IP2 e IC5 prontos em 2011

O GOVERNO socialista cumpriu mais uma promessa ao assinar, no passado dia 25, em Vila Flor, o contrato de concessão do Douro Interior que contempla a construção de duas das estradas mais esperadas e necessárias para a criação de uma dinâmica económica ímpar em Trás-os-Montes: o IP2 e o IC5.

Para o primeiro-ministro, José Sócrates, acompanhado na cerimónia pelo ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, e pelo secretário de Estado adjunto, Paulo Campos, este investimento sem precedentes nas acessibilidades do nordeste transmontano “é um acto de justiça e de solidariedade” para com as populações locais, mas também um exemplo da estratégia do Executivo do PS para enfrentar a crise internacional – a aposta em investimentos públicos.

“Os distritos de Bragança e Vila Real, bem como o norte da Guarda, estavam a ficar para trás porque não tinham acesso a uma rede de infra-estruturas rodoviárias que lhes permitisse ter uma boa economia ou qualidade de vida”, explicou José Sócrates, salientando de seguida que a empreitada, a arrancar em Janeiro de 2009 e a concluir no prazo de três anos, representa um investimento de 826 milhões de euros e a construção de 262 quilómetros de estrada, o que também é importante para a economia nacional pelo facto de “poder servir para ajudar muita gente a ter emprego”.

De salientar que o Governo estima que a concessão do Douro Interior, que engloba cinco troços do IP2 (entre vale Benfeito, no concelho de Macedo de Cavaleiros, e Celerico da Beira, no distrito da Guarda) e três lanços do IC5 (entre o IP4, no Alto do Pópulo, e Miranda do Corvo) vai gerar 13 mil novos postos de trabalho.

Em Vila Flor, Sócrates anunciou também que regressará ao distrito de Bragança já no próximo dia 10 de Dezembro para adjudicar a auto-estrada transmontana que ligará Vila Real a Bragança e que junto com o túnel do Marão e as outras duas



estradas totalizam um investimento de 1300 milhões de euros.

Trata-se “do maior investimento alguma vez feito” nesta região, salientou o primeiro-ministro, defendendo que, pese embora as contrariedades da crise mundial, “nenhum país pode aceitar o que nós aceitámos durante tantos anos: haver um Portugal de primeira e um Portugal de segunda”.

Aqueles que criticam estes investimentos públicos em tempo de crise, o governante desafiou-os a “olharem nos olhos dos transmontanos e dizerem-lhes que talvez pudessem aceitar mais dez anos de espera”.

“Eu não tenho coragem para isso”, declarou.

Por seu turno, o ministro das Obras Públicas, Mário Lino, lembrou que quando chegou ao Governo estava apenas executado metade do Plano Rodoviário para esta região, comprometendo-se a apresentar uma execução entre 70 e 80% até ao final do mandato.

Após recordar que todo o processo de lançamento das estradas transmontanas demorou pouco mais de dois anos, Mário Lino vincou o carácter urgente deste investimento ao sublinhar que “temos pressa porque o país precisa de pressa para vencer o atraso”.

Segundo o ministro, em três anos o Executivo do PS já lançou 1316 quilómetros de estradas no-

vas, 92% dos quais no interior do país e, destes, 30% em Trás-os-Montes.

Refira-se que o IP2 é o itinerário principal que há mais de duas décadas promete ligar o país de Norte a Sul pelo interior, mas no distrito de Bragança tem apenas construídos dois pequenos troços.

A obra adjudicada contempla 116 quilómetros que se estendem para além do distrito de Bragança até à Guarda, beneficiando os concelhos de Mirandela, Vila Flor, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa,

Meda e Trancoso.

A esta estrada, considerada pelo ministério de Mário Lino como “fundamental para o desenvolvimento do interior do país”, junta-se a outra, na mesma concessão, o Itinerário Complementar nº 5 (IC5), aguardado desde a mesma altura.

A adjudicação desta estrada contempla 146 quilómetros entre os concelhos de Murça e Alijó, no distrito de Vila Real, e Mirandela, Carraceda de Ansiães, Vila Flor, Alfândega da Fé e Mogadouro.

Conforme dados divulgados pelo dados do Ministério das Obras Públicas, estas duas estradas estarão construídas em 2011 e vão melhorar a qualidade de vida de 330 mil pessoas.

Para o distrito de Bragança o IP2 e o IC5 garantem ligação a toda a rede viária nacional e a melhoria de acesso dentro da própria região, já que permitirão viajar em todas as direcções, entrecruzando-se com a principal estrada que atravessa o nordeste transmontano, o IP4.

De acordo com as previsões do Governo, estas estradas vão estar concluídas em simultâneo com a auto-estrada transmontana, que equivalerá, na maior parte da sua extensão, à duplicação do actual IP4.

Importa salientar ainda que a concessão Douro Interior deverá contribuir para a redução da sinistralidade rodoviária grave em cerca de 71%. **M.R.**

## Metro Sul do Tejo já liga Cacilhas a Corroios

FOI INAUGURADO pelo ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, o novo troço do Metro do Sul do Tejo (MST) que liga Cacilhas a Corroios.

Com a finalização deste percurso, o Metro do Sul do Tejo passa a ter em funcionamento, para além desta ligação, outras duas, uma entre o Pragal e Corroios e uma terceira entre Cacilhas e a Universidade.

Esta primeira fase do MST contará com 17 paragens, estando previsto a sua expansão brevemente entre Almada e o Fogueteiro, no concelho do Seixal, com prolongamento ao município do Barreiro, concluindo-se assim, respectivamente, a segunda e a terceira fases deste projecto.

Apesar de só agora ter sido oficialmente inaugurado, porque só agora ficou concluído o troço entre Corroios e Cacilhas, o MST já assegurava, em período experimental, desde Abril de 2007, a

ligação entre a freguesia de Corroios e a Cova da Piedade e entre Corroios e a Universidade Técnica, no Monte de Caparica.

Com o alargamento do MST a Cacilhas, fica garantida uma mais adequada articulação com os restantes meios de transportes públicos, nomeadamente com o terminal rodo-fluvial de Cacilhas e ainda com os comboios que servem a ligação entre as duas margens do Tejo, a Fertagus.

Na opinião do ministro Mário Lino, esta é a principal etapa do projecto, precisamente por fazer a ligação aos barcos que ligam Cacilhas ao Cais do Sodré e a Belém, na margem norte do rio.

Com a conclusão deste troço, os responsáveis prevêem que o número de utentes suba de forma substancial em relação à actual procura, à semelhança, dizem, do que já aconteceu aquando da entrada em funcionamento da segunda etapa da primeira fase,

que correspondeu à linha entre a Cova da Piedade e a Universidade Técnica, no Monte de Caparica.

Segundo o presidente da empresa, José Luís Brandão, os veículos circularão entre as 5 horas da manhã e as 2 da madrugada, com intervalos de passagem nas chamadas horas de ponta de cinco minutos, a uma velocidade média de 20 quilómetros/hora, podendo atingir a velocidade máxima de 70 quilómetros/hora.

O bilhete simples custará 85 centimos, enquanto que o passe social terá um custo mensal de 15 euros, preço que baixará para os 11,25 euros, no caso em que o utente seja uma criança e para os 8,50 euros para os idosos.

O preço unitário do bilhete também poderá sofrer um abaixamento dos 85 para os 75 centimos se for adquirido na modalidade de carteiras de dez unidades. **R.S.A.**